

PRESTANDO CONTAS

TRIBUNAL DA CIDADANIA
ANO I

“De mãos dadas: magistratura e cidadania”

PRESTANDO CONTAS

TRIBUNAL DA CIDADANIA
ANO I

“De mãos dadas: magistratura e cidadania”

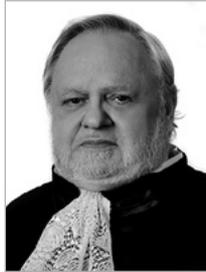
Humberto Martins | Presidente do STJ
Jorge Mussi | Vice-Presidente do STJ



Min. Presidente (1)
Humberto Martins



Min. Vice-Presidente (2)
Jorge Mussi



Ministro
Felix Fischer



Ministro
Francisco Falcão



Ministra
Nancy Andrighi



Ministra
Laurita Vaz



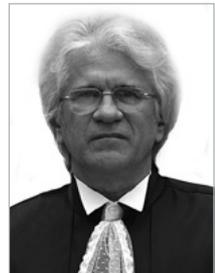
Ministro
João Otávio de Noronha



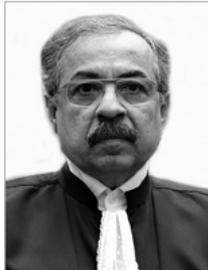
Ministra (3)
Maria Thereza de Assis Moura



Ministro
Herman Benjamin



Ministro (4)
Napoleão Nunes Maia Filho



Ministro
Og Fernandes



Ministro
Luis Felipe Salomão



Ministro
Mauro Campbell Marques



Ministro (5)
Benedito Gonçalves



Ministro
Raul Araújo



Ministro
Paulo de Tarso Sanseverino



Ministra
Isabel Gallotti



Ministro
Antonio Carlos Ferreira



Ministro
Villas Bôas Cueva



Ministro
Sebastião Reis Júnior



Ministro
Marco Buzzi



Ministro
Marco Aurélio Bellizze



Ministra
Assuete Magalhães



Ministro (6)
Sérgio Kukina



Ministro
Moura Ribeiro



Ministra
Regina Helena Costa



Ministro
Rogerio Schietti Cruz



Ministro (7)
Nefi Cordeiro



Ministro
Gurgel de Faria



Ministro
Reynaldo Soares da Fonseca



Ministro
Ribeiro Dantas



Ministro
Antonio Saldanha Palheiro



Ministro
Joel Ilan Paciornik



Desembargador Federal (8)
Manoel de Oliveira Erhardt



Desembargador Federal (8)
Olindo Herculano de Menezes

- 1) Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal
- 2) Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, e Corregedor-Geral da Justiça Federal
- 3) Corregedora Nacional de Justiça
- 4) Ministro aposentado em 20 de dezembro de 2020
- 5) Diretor da Revista
- 6) Ministro Ouvidor
- 7) Ministro aposentado em 11 de março de 2021
- 8) Desembargador Convocado

Gestão 2020-2022

Gabinete da Presidência:

Chefe de Gabinete da Presidência:
Josefa Tereza Roque de Araújo

Juizes auxiliares:
Alexandre Chini Neto, Augustino Lima Chaves, Daniel Carnio Costa, Kelly Cristina Oliveira Costa, Miguel Angelo de Alvarenga Lopes, Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, Sergio Ricardo de Souza

Assessor Especial:
Ajax Porto Pinheiro

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS):
Bonfim Abrahão Tobias

Comissões Permanentes de Ministros (ACP):
Fábio Henrique Cavalcanti Dantas

Secretaria-Geral da Presidência:

Secretário-Geral da Presidência:
Jadson Santana de Sousa

Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência:
Turla Tatiana Lauterjung Caselli

Secretaria de Comunicação Social (SCO):
Cristine Marques Genú

Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC):
Angela Valéria Mendonça Alvim Dusi

Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados (ASM):
Juliana de Paula Lima Pacheco

Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP):
Helga Ferraz Jucá

Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR):
Aline Tavares Gurgel

Assessoria dos Comitês Consultivos (ACC):
Sulamita Avelino Cardoso Marques

Assessoria de Inteligência Artificial (AIA):
Humberto Fontoura Pradera

Assessoria de Relações Internacionais (ARI):
Alfredo Cesar Martinho Leoni

Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor):
Alexandre Kehrig Veronese Aguiar

Comissão de Acessibilidade e Inclusão (ACI):
Simone Pinheiro Machado de Souza

Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer):
Mariana Rodrigues Campos Altoé

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac):
Maria Lucia Paternostro Rodrigues

Secretaria do Tribunal:

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal:
Marcos Antonio Cavalcante

Chefe de Gabinete do Diretor-Geral:
Mariana Camargo Rocha

Secretaria de Administração (SAD):
Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Secretaria de Documentação (SED):
Josiane Cury Nasser Loureiro

Secretaria de Gestão Estratégica (SGE):
Montgomery Wellington Muniz

Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP):
Solange da Costa Rossi

Secretaria Judiciária (SJD):
Antonio Augusto Gentil Santos de Souza

Secretaria de Jurisprudência (SJR):
Barbara Brito de Almeida

Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF):
Fabiana Bittes Veyl

Secretaria de Processamento de Feitos (SPF):
Rubens Cesar Gonçalves Rios

Secretaria de Segurança (SSE):
Rodolfo Martins Faleiros Diniz

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI):
Rodrigo Almeida de Carvalho

Assessoria de Ética e Disciplina (AED):
Alessandro Garcia Vieira

Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS):
Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini

Assessoria Jurídica (AJU):
Fabiola Böhmer de Souza Ramos

Ouvidoria (OUV):

Tatiana Aparecida Estanislau de Souza

Secretaria de Auditoria Interna (AUD):

Ivo Mützenberg

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	07
Palavra do Vice-Presidente	09
Presidência: De mãos dadas, magistratura e cidadania	11
Secretaria do Tribunal: Gestão participativa e agregadora	24
Proteggendo vidas e servindo ao cidadão	26
Prestação Jurisdicional	30
Secretaria Judiciária (SJD)	31
Secretaria de Processamento de Feitos (SPF)	35
Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC)	39
Jurisprudência e Precedentes	43
Secretaria de Jurisprudência (SJR)	44
Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer)	48
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac)	52
Transparência, Cidadania e Diálogo Institucional	56
Ouvidoria (OUV)	57
Secretaria de Comunicação Social (SCO)	60
Secretaria de Documentação (SED)	64
Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP)	68
Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR)	72
Assessoria de Relações Internacionais (ARI)	75
Comissão de Acessibilidade e Inclusão (ACI)	78
Eficiência, Sustentabilidade e Inovação	80
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)	81
Secretaria de Administração (SAD)	84
Secretaria de Auditoria Interna (AUD)	88
Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	90
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	93
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)	96
Secretaria de Segurança (SSE)	98
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS)	100
Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados (ASM)	104
Assessoria dos Comitês Consultivos (ACC)	106
Assessoria de Ética e Disciplina (AED)	108
Assessoria de Inteligência Artificial (AIA)	110
Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS)	112
Assessoria Jurídica (AJU)	116
Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor)	118
Comissões Permanentes de Ministros (ACP)	121
Agenda	124
Expediente	131



PALAVRA DO PRESIDENTE

Diz a Palavra da Sabedoria que seremos cobrados pelas escolhas que fizermos com os nossos dons, que vêm de Deus. Cada vez mais, cidadãos e cidadãs esperam que o Poder Judiciário corresponda às esperanças nele depositadas, já que a administração da Justiça é essencial para a construção de um país melhor, com mais igualdade e oportunidades para todos.

Desde que assumi a Presidência, envidamos todos os esforços em modernizar a gestão processual e consolidar a cultura de precedentes, de modo a democratizar as atividades administrativas e, sobretudo, aproximar a sociedade.

Em tempos de angústia, o Superior Tribunal de Justiça e todo o Judiciário brasileiro permanecem alertas e vigilantes para responder não somente aos desafios sanitários, mas também aos prejuízos sociais e econômicos provocados pela pandemia.

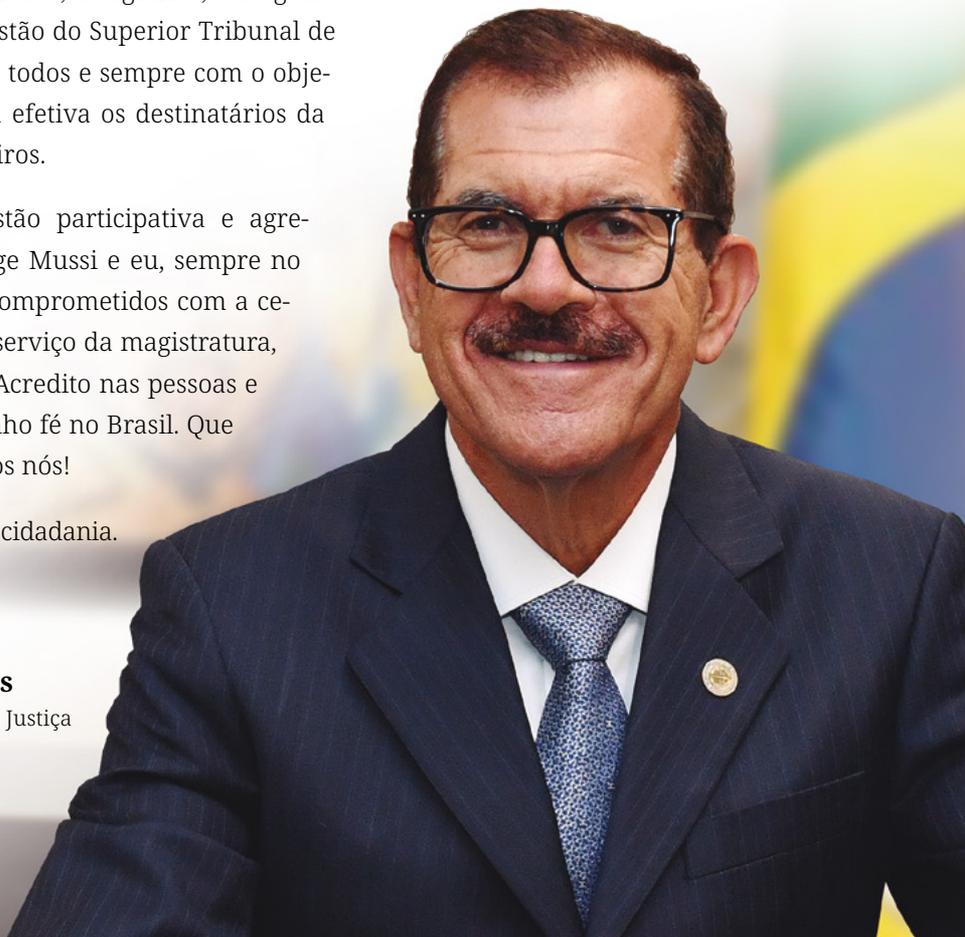
Ao completar um ano como presidente desta Corte, meu coração está repleto de gratidão pela constante colaboração dos ministros, servidores, terceirizados, estagiários, advogados e Ministério Público, pois a gestão do Superior Tribunal de Justiça deve estar a serviço de todos e sempre com o objetivo de beneficiar de maneira efetiva os destinatários da jurisdição: os cidadãos brasileiros.

Estamos realizando uma gestão participativa e agregadora. O vice-presidente Jorge Mussi e eu, sempre no mesmo espírito de trabalho, comprometidos com a celeridade e a transparência. A serviço da magistratura, da jurisdição e da cidadania. Acredito nas pessoas e nos Poderes da República. Tenho fé no Brasil. Que Deus ilumine e abençoe a todos nós!

De mãos dadas: magistratura e cidadania.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal





PALAVRA DO VICE-PRESIDENTE

No exercício do primeiro ano, no cargo de vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, tive a honra de prestar devotado suporte à gestão do eminente ministro Humberto Martins.

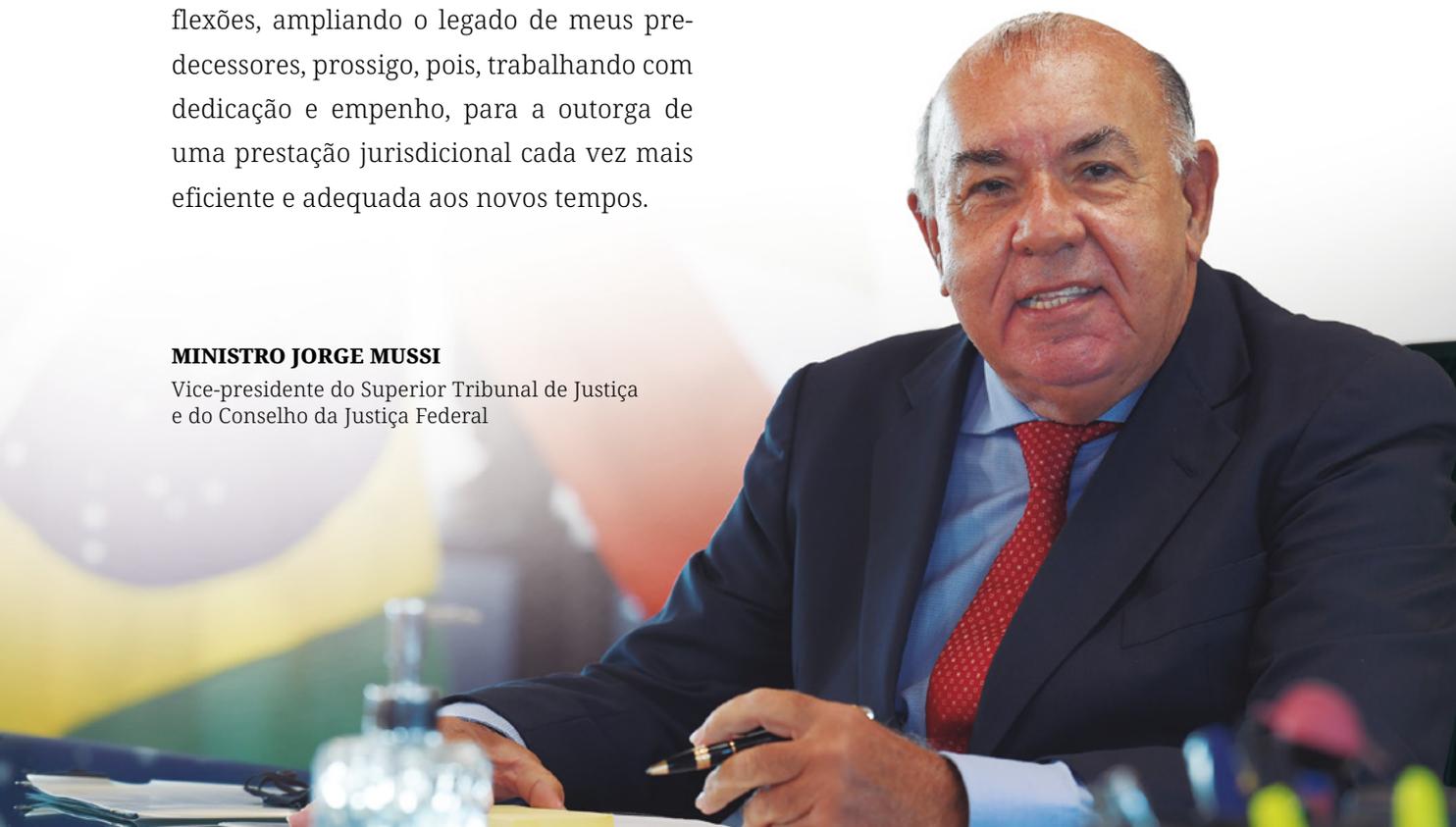
Aqueles que, como eu, têm o privilégio de conhecer, de perto, o eminente ministro presidente, seguramente sabem que seus atributos se estendem além do campo das letras jurídicas. Seu carisma, seu caráter, perenemente atento ao bem-estar de todos e seu ímpar talento para a criação de um ambiente apaziguador, agregador e acolhedor sempre se lhe fizeram acompanhar.

Com absoluta satisfação, exerço as missões regimentais e institucionais atribuídas à Vice-Presidência, principalmente no que se refere ao juízo de admissibilidade de recursos dirigidos à Corte Suprema deste país, tendo também proferido inúmeras decisões quando da assunção da Presidência nos interregnos do recesso forense.

Em meio às memórias, às saudades e às reflexões, ampliando o legado de meus predecessores, prossigo, pois, trabalhando com dedicação e empenho, para a outorga de uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente e adequada aos novos tempos.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal





DE MÃOS DADAS, MAGISTRATURA E CIDADANIA

Por um tribunal cidadão, ágil, sustentável e colaborativo

Cidadania respeitada por meio de um Judiciário célere, moderno, transparente, participativo e ecologicamente correto. Essa é a bússola da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi – respectivamente, presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante o biênio 2020-2022. Eles assumiram o comando da corte superior em 27 de agosto de 2020, tendo sido eleitos por aclamação em maio do mesmo ano.

Na busca por uma Justiça mais próxima da sociedade, o presidente do STJ traçou como uma de suas prioridades o fortalecimento de canais diretos de diálogo com o cidadão. Pautado por uma trajetória jurídica marcada pela sensibilidade social, o ministro Humberto Martins abriu as portas do seu gabinete para receber pessoalmente qualquer cidadão que queira apresentar demandas à Presidência do tribunal.

Concebido por Martins, o projeto ***Fale com o Presidente – De mãos dadas: magistratura e cidadania*** oferece a cidadãos

e cidadãs de todo o Brasil a oportunidade inédita de um encontro presencial e individual com o presidente da corte, ampliando o espaço para ouvir os anseios da coletividade e assegurando a participação popular na administração da Justiça.

“O cidadão não pode se sentir excluído do sistema de Justiça; afinal, é ele próprio o dono do poder,” declarou Humberto Martins, na primeira edição do *Fale com o Pre-*



Temos que estar sempre atentos aos anseios e clamores da população, para que possamos pautar nossas atividades na cotidiana busca do melhor servir



MINISTRO HUMBERTO MARTINS



Fale com o Presidente: cidadãos têm as suas demandas registradas e solucionadas dentro das possibilidades do tribunal

sidente. Lançado em outubro do ano passado, o projeto já promoveu seis audiências presenciais com mais de 50 pessoas de diferentes regiões do país.

Gestão participativa

No discurso de posse, o ministro Humberto Martins anunciou como sua primeira medida administrativa a implementação de uma gestão aberta à participação de todos os ministros. Na primeira semana da atual gestão, foram criados seis **comitês consultivos temporários** formados por 30 ministros – não integram os colegiados apenas o presidente, o vice e a corregedora nacional de Justiça –, que realizam reuniões trimestrais.

“É uma forma de partilhar com todos os ministros as variadas demandas do tribunal. O coletivo e a cooperação estarão sempre em primeiro lugar”, afirmou Martins quando da aprovação dos comitês consultivos pelo Pleno do STJ.

Os seis comitês consultivos, criados para auxiliar a administração do tribunal, têm como coordenadores os ministros Felix Fischer (Comitê de Gestão); Gurgel de Faria (Comitê de Saúde); Benedito Gonçalves (Comitê de Segurança e Transporte); Luis Felipe Salomão (Comitê de Tecnologia da Informação); Mauro Campbell Marques (Comitê de Assuntos Legislativos), e a ministra Assusete Magalhães (Comitê de Orçamento e Finanças).

O compromisso com a gestão participativa reflete-se também na **valorização de servidores e colaboradores**. Uma das principais ações de reconhecimento da importância do corpo funcional do STJ veio com a convocação, a partir de dezembro de 2020, de novos analistas e técnicos judiciários para reforçar os quadros da corte.

Planejamento estratégico

Tanto quanto o espírito colaborativo, a gestão do presidente do STJ persegue a eficiência em termos processuais e administrativos. Para garantir um tribunal de resultados, o ministro Humberto Martins

assinou, no dia seguinte à posse, um acordo de cooperação com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) voltado para o desenvolvimento de um planejamento estratégico para orientar a presente gestão com foco na otimização da entrega da tutela jurisdicional e da aplicação de recursos públicos.

Após ser formulado em conjunto por quadros da FGV e técnicos do STJ – sem ônus para a corte –, o **plano de gestão para o biênio 2020-2022** foi entregue em novembro do ano passado. O documento baseia-se em três eixos programáticos: governança; tecnologia e inteligência artificial; e comunicação.

Ministros Humberto Martins (dir.) e Jorge Mussi (esq.) assumem compromisso com a gestão participativa



“Planejar é preciso, mas executar é ainda mais relevante. Portanto, esta fase foi somente o início do grande desafio que temos pela frente”, disse Martins por ocasião do lançamento do plano de gestão produzido em parceria com a FGV.

Produtividade

Quando tomou posse na Presidência, o ministro Humberto Martins deu um recado claro, ressaltando que a morosidade processual deve ser “erradicada”. A atual gestão encerrou 2020 com uma redução de 7,1% no número de processos em tramitação no tribunal, passando de 271.464 no fim de 2019 para 252.173.

O esforço empreendido pelo presidente da corte; o secretário-geral da Presidência, Jadson Santana; os juízes auxiliares, e a equipe de assessores resultou em um total de **8.639 decisões e despachos** proferidos em feitos de competência exclusiva no período de 27 de agosto de 2020 a 12 de julho deste ano, excetuando o juízo de admissibilidade no tocante aos recursos extraordinários.

“Mantivemos a produtividade, mesmo enfrentando uma pandemia. Tão importante quanto as ferramentas digitais, foi fundamental contar com a dedicação incansável dos nossos servidores e juízes auxiliares“, destaca Jadson Santana.

Sustentabilidade

“Não podemos mais ignorar o fato de que toda atividade humana impacta o



Para o presidente do STJ, a demora na tramitação dos processos deve ser dizimada: “A espera, para o direito, pode representar a perda irreversível de seu objeto”

||
Devemos sempre ter em mente que o Superior Tribunal de Justiça é um tribunal de precedentes, e não uma terceira instância recursal para analisar todo e qualquer tipo de recurso
||

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

meio ambiente, podendo comprometer a qualidade de vida desta e das gerações futuras”, disse o presidente do STJ, no pronunciamento de posse, ao definir a sustentabilidade como um dos pilares da sua gestão.

Em matéria de desenvolvimento sustentável, a principal diretriz de Humberto Martins é promover o engajamento do tribunal em relação aos objetivos da **Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)**.

A estratégia de mobilização dos servidores e colaboradores da corte abrange a realização de ações educativas como rodas de conversa, palestras, seminários e o

lançamento de um *hotsite* que reúne informações didáticas e dados sobre a evolução das iniciativas de adequação do STJ à *Agenda 2030*.

Na esfera normativa, o presidente do tribunal determinou, em abril deste ano, a criação de um comitê para a internalização pela corte da agenda de sustentabilidade das Nações Unidas – cujas metas estão formalizadas em um documento assinado por 193 países para, até 2030, conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ecológica.

“A *Agenda 2030* representa o imenso desafio de promover o desenvolvimento econômico sustentável; a erradicação da

Em seminário virtual sobre a *Agenda 2030* (ONU), o presidente do STJ apresenta as medidas que o tribunal já adota para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas



fome e da pobreza; e vida digna para todos, ao propor uma parceria mundial em prol das pessoas, do planeta, da prosperidade e da paz”, assinala Martins.

Direitos humanos

Além da administração eficiente de recursos e resíduos, o alinhamento da gestão do presidente do STJ aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU prevê o aprofundamento da agenda institucional de direitos humanos, em questões como equidade de gênero, igualdade racial, e a prevenção e o combate ao assédio moral e sexual.



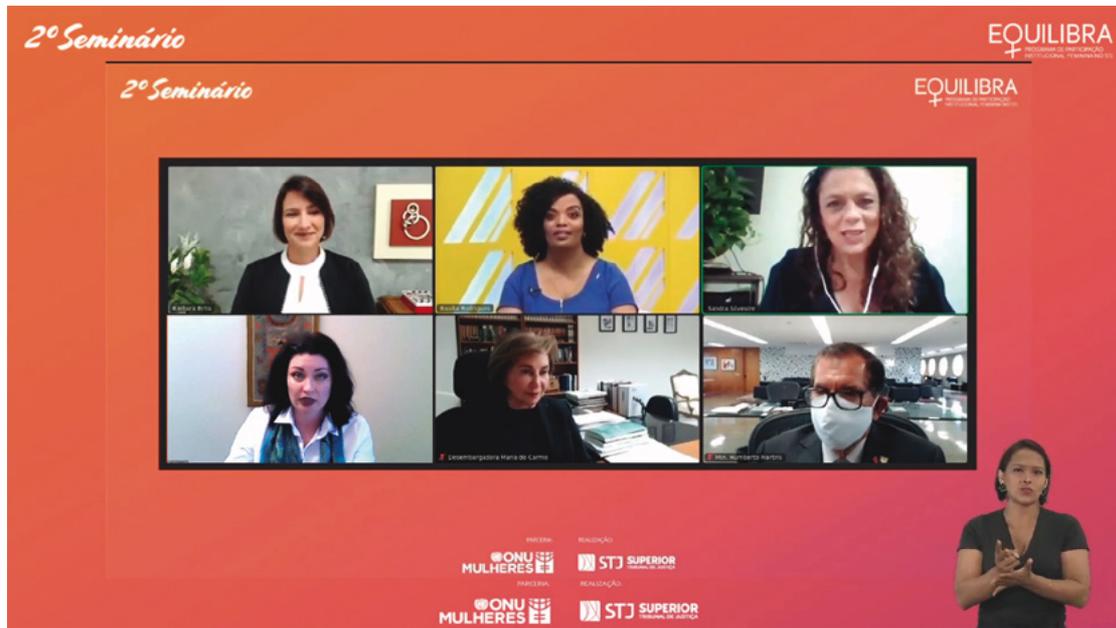
Ao lado da produtividade, os direitos humanos são prioridade na gestão, afirma o secretário-geral, Jadson Santana

Em fevereiro, foi regulamentado o **Programa Humaniza STJ**, com o propósito de dar efetividade à promoção da igualdade e da diversidade no âmbito do tribunal. As ações educativas e administrativas são elaboradas e implementadas por uma comissão coordenada por um juiz auxiliar indicado pela Presidência.

“A própria composição da comissão retrata os importantes avanços na perspectiva da igualdade e da diversidade, com atenção ao balanço de gênero, raça, orientação sexual e outros aspectos da diversidade humana”, explica Jadson Santana.

Uma das principais realizações do *Humaniza STJ* consistiu na instituição, em junho de 2021, da **Comissão Permanente de Igualdade Racial**. A novidade é fruto também do relatório final apresentado por um grupo de trabalho constituído em novembro do ano passado para discutir o cenário atual e sugerir propostas para as políticas de igualdade racial da corte.

Outra frente de atuação do *Humaniza STJ* é o **Programa Equilibra STJ**, relançado pelo presidente do tribunal, em outubro passado, com novas regras para assegurar o equilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres na corte. No evento de oficialização da retomada do *Equilibra STJ*, Humberto Martins firmou a adesão da corte ao **Protocolo HeForShe**, da ONU Mulheres.



Ministro Humberto Martins adere ao HeForShe (ONU) e relança *Programa Equilibra STJ* em seminário virtual promovido pelo tribunal sobre os desafios da mulher no Judiciário

“Somos todos iguais, não apenas perante as leis e a Constituição, mas desde a criação do mundo. Nada entendeu quem se vestiu com a fantasia de ter sido feito de um barro diferente. Somos feitos do mesmo barro. Viemos do pó e, ao pó, voltaremos. O direito é o instrumento para concretizar o ideal de justiça, dando a cada um o que é seu, sem qualquer preconceito, discriminação, ou privilégio”, enfatiza o presidente do STJ.

As políticas judiciárias de direitos humanos desenvolvidas pela gestão em curso abrangem ainda a atenção às crianças de até seis anos de idade. Em março deste ano, o presidente do STJ formalizou a adesão do tribunal ao **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e

diversas entidades que compõem a rede de atenção à primeira infância.

Por meio da cooperação técnica e operacional, o pacto busca o aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção das crianças. Entre as ações já executadas no contexto institucional do STJ, estão as rodas de conversa com mediadores da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) sobre as temáticas da violência contra a criança e das relações entre teletrabalho, pandemia e parentalidade.

“Todos nós precisamos estar conscientes de nosso papel individual e coletivo para resguardar e proteger nossas crianças, que são o futuro de nossa nação”, declarou Humberto Martins ao oficializar o ingresso do STJ no pacto da primeira infância.

Justiça e paz

Na gestão do presidente da corte, outra prioridade é a união de esforços institucionais para contribuir com a construção da paz mundial. Em março, o ministro Humberto Martins assinou um acordo de cooperação técnica com a **Embaixada da Paz** para o desenvolvimento conjunto de iniciativas voltadas para o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos.

Fundada e presidida pela atriz e escritora Maria Paula Fidalgo, a Embaixada da Paz é uma associação civil sem fins lucrativos dedicada à difusão da cultura da paz por meio de projetos sociais nos centros urbanos. O acordo entre a entidade e o STJ prevê a implementação de ações relacionadas às temáticas de gênero, igualdade racial,

acessibilidade e inclusão, combate à discriminação e sustentabilidade. Conforme o termo de cooperação, a parceria terá a duração de 60 meses.

“É muita gente desempregada e passando por dificuldades. Precisamos fortalecer essas redes de apoio para enfrentar os enormes desafios impostos pela pandemia de uma forma serena, equilibrada e inteligente”, ressaltou Maria Paula por ocasião da celebração do acordo com o STJ.

Como resultado, o tribunal e a Embaixada da Paz organizaram, em maio de 2021, o seminário *Diálogos pela Paz e Justiça*, que teve entre os destaques a presença do ex-presidente do Timor-Leste José Manuel Ramos-Horta e do ativista indiano Kailash

Ministro Humberto Martins e a presidente da Embaixada da Paz, Maria Paula Fidalgo, implementam acordo de cooperação pela paz mundial





STJ e Embaixada da Paz recebem vencedores do Nobel e ministros em seminário internacional sobre paz e justiça

Satyarthi, **ganhadores do Prêmio Nobel da Paz** em 1996 e 2014, respectivamente.

O timorense José Manuel Ramos-Horta abordou os desafios para a pacificação da nação asiática após a conquista da independência contra a ocupação pela Indonésia. Atuante na luta contra o trabalho infantil, o indiano Kailash Satyarthi tratou a respeito da miséria como obstáculo para a paz.

O seminário também reuniu autoridades e especialistas, nacionais e internacionais, com o objetivo de debater os caminhos para concretizar a paz e a justiça em todo o mundo. Entre os expositores, participaram o presidente do

Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, o ministro do STF Dias Toffoli, o ministro do STJ Herman Benjamin e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes Corrêa. Em seu discurso no evento, o presidente do STJ frisou que a paz é o direito supremo de toda a humanidade.

“A paz exige a construção de uma ética global de solidariedade e cooperação que deve prevalecer sobre os projetos individuais. O mundo não precisa de palavras vazias e sim de artesãos da paz, pessoas como nós, que se colocam abertas ao diálogo e à integração”, afirmou Martins.

Internacional

Ainda no campo internacional, o ministro Humberto Martins compartilhou as experiências da corte relacionadas à agenda de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas durante o *Fórum de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável 2021 (HLPF 2021)*, evento virtual realizado, em julho deste ano, pelo Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU para discutir a efetivação da *Agenda 2030* das Nações Unidas no Poder Judiciário.

O presidente do STJ chamou atenção para o empenho do tribunal no cumprimento das Metas 9 e 12 do CNJ, que estão ligadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 da *Agenda 2030*.

Quanto à Meta 9, Humberto Martins citou o acordo de cooperação técnica celebrado



Em seminário da Universidade de Coimbra (Portugal), presidente do STJ presta homenagem ao então ministro do STF Marco Aurélio

com a Advocacia-Geral da União (AGU) para a prevenção de litígios. Com relação à Meta 12, o ministro informou que a corte alcançou 130% do esperado no tocante ao impulsionamento da tramitação de processos ambientais.

“Não podemos nos esquecer de que, no contexto de pacificação e igualdade, atitudes simples são transformadoras: cada um fazendo a sua parte, e todos nós, juntos, por um mundo melhor, pelo planeta mais acessível, mais humano e, sobretudo, com o meio ambiente para todos”, exortou Martins em seu pronunciamento.

O presidente do STJ participou ainda, em julho de 2021, do *XXVI Seminário de Verão de Coimbra – Direitos Fundamentais – Direito Interatlântico*, evento promovido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos Avançados

(Ipeja), em parceria com a Associação de Estudos Europeus de Coimbra (AEEC) e a Universidade de Coimbra (Portugal).

Além de Humberto Martins, outros 12 ministros do tribunal marcaram presença: João Otávio de Noronha, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Villas Bôas Cueva, Sebastião Reis Júnior, Marco Buzzi, Moura Ribeiro, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas.

Outra agenda internacional relevante foi a palestra por videoconferência que o presidente da corte proferiu, em novembro de 2020, no curso *Tutela Jurisdicional e Solução de Conflitos em uma Perspectiva Comparada: Europa-Brasil*, uma iniciativa da Accademia Juris Roma, sediada na capital italiana. Em sua exposição, Martins se posicionou a favor

da consolidação da cultura de precedentes das cortes superiores brasileiras.

Direitos fundamentais

A proteção dos direitos fundamentais à liberdade de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos é um dos fundamentos da atuação do ministro Humberto Martins à frente do STJ. Em outubro do ano passado, o tribunal sediou o *VII Congresso Internacional sobre Liberdades Civis e Fundamentais*, evento produzido pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure)

Para o presidente do STJ, é missão “imperiosa” da corte combater todas as formas de intolerância. “Devemos trabalhar incansavelmente para permitir que os nossos valores constituídos na letra da lei sejam o farol de uma sociedade moderna, harmônica e inclusiva”, defendeu

Martins durante o congresso sobre liberdade religiosa.

O ministro também acredita na convivência harmoniosa entre os princípios cristãos e o ofício judicante da magistratura. Foi sobre o que discorreu por ocasião do início dos trabalhos do *9º Congresso Nacional de Magistrados Evangélicos*, organizado em julho, de forma virtual, pela Associação Nacional dos Magistrados Evangélicos (Anamel). A cerimônia de abertura teve a participação de autoridades dos Três Poderes.

“A lição do Livro da Sabedoria é uma orientação cogente para todos nós, pois ‘a quem muito for dado, muito será exigido’, e sabemos que, de igual forma, Deus nos cobrará, pois, como outros dons especiais, não devem ser desperdiçados, mas usados em sua plenitude”, disse o presidente do STJ no evento. ■

Em congresso no STJ sobre liberdades civis, ministro Humberto Martins defende pluralismo religioso e prega combate à intolerância



15 anos em defesa da vocação cidadã do STJ

Em 64 anos de vida, Humberto Eustáquio Soares Martins atuou como ministro do Superior Tribunal de Justiça ao longo dos últimos 15 anos, celebrados no dia 13 de junho.

Natural de Maceió, Humberto Martins tomou posse no STJ em 2006. Foi membro da Segunda Turma e da Primeira Seção – colegiados de direito público – e, atualmente, preside o tribunal e compõe a Corte Especial. Exerceu ainda, entre outros, os cargos de ouvidor e vice-presidente do STJ, corregedor nacional de Justiça (no CNJ), corregedor-geral da Justiça Federal (no Conselho da Justiça Federal – CJF) e ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No STJ, Martins é respeitado pela dimensão social de seus precedentes. Um dos julgados de maior repercussão sob sua relatoria foi o **REsp 1.558.086**, em 2016, no qual se reconheceu como abusiva a publicidade dirigida ao público infantil.

Antes de ingressar no STJ, o atual presidente da corte adquiriu larga experiência em diferentes ramos do sistema de Justiça. Entre 1979 e 2006, ele integrou o Ministério Público de Alagoas, foi procurador do



Ilkens Souza/Acervo STJ

13/6/2006 – Posse como ministro



27/8/2020 – Posse como presidente

estado, presidiu a seccional alagoana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e se tornou desembargador estadual pelo quinto constitucional, em vaga destinada à advocacia.

Trajatória em Números

Produtividade em decisões – de 14/6/2006 a 11/6/2021
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)

263.418

decisões ao todo,
uma média superior
a 17,5 mil por ano

144.268

decisões como
ministro relator

115.984

decisões como
ministro presidente
(2020-2021)

3.166

decisões como
ministro vice-presidente
(2016-2017)

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

1º/2021 – de 2/1 a 28/6

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)

**Quase 70 mil
processos julgados
a mais do que os
distribuídos**

Taxa de 133,35% de cumprimento
da Meta 1 do CNJ

273.344 processos julgados, sendo
219.123 com decisões monocráticas

204.980 processos distribuídos
e registrados

**28,86% a mais de
processos distribuídos
e registrados**

204.980 processos em 1º/2021

159.070 processos em 1º/2020

**106.191 processos
decididos pela
Presidência**

**6,41% a mais de
processos baixados**

197.926 processos em 1º/2021

185.999 processos em 1º/2020

**8.639 decisões e
despachos de
competência
exclusiva da
Presidência,
excetuando REs**

2.147 decisões terminativas

734 decisões interlocutórias

Período: de 27/8/2020 a 12/07/2021

GESTÃO PARTICIPATIVA E AGREGADORA

Atual administração é marcada por superação de desafios com planejamento estratégico, eficiência, transparência e colaboração de todos

Apoiado no discurso de posse do ministro Humberto Martins na presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Marcos Antonio Cavalcante, vem pautando a atual gestão a partir das diretrizes definidas pelo presidente da corte: gestão participativa e agregadora, valorização dos servidores, eficiência e celeridade processual e compromisso com a sustentabilidade e a transparência. Ao mesmo tempo, o objetivo é preservar as boas práticas já adotadas em administrações anteriores.

A primeira medida implementada foi a elaboração de um plano de gestão por meio de estudo com a participação da Fundação Getulio Vargas (FGV). Sem ônus financeiro para o STJ, a FGV trabalhou em conjunto com a equipe de planejamento estratégico do tribunal para editar o **Plano de Gestão 2020-2022**, organizado em três grandes frentes: governança, tecnologia e inteligência artificial e comunicação. O plano está sendo executado à risca e reavaliado periodicamente para permanecer atualizado.

Ministros Humberto Martins (segundo da esq. para a dir.) e Luis Felipe Salomão (centro) em cerimônia de entrega do *Plano de Gestão 2020-2022*



Outra prioridade da presente gestão da Secretaria do Tribunal é o alinhamento da instituição às normas da Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, que entrou em vigor em setembro de 2020. Desde então, o STJ vem realizando estudos, promovendo discussões e adotando medidas de conscientização social e transparência, como a criação de um *hotsite* com informações didáticas e dados da atuação da corte superior no âmbito da nova legislação.

“Sob a orientação do ministro Humberto Martins, estamos estruturando ações para garantir, cada vez mais, a adequação de nossa estrutura aos termos dos direitos subjetivos previstos na LGPD”, destaca Marcos Cavalcante.

Segundo o diretor-geral, também merece destaque o desafio enfrentado pela gestão do ministro Humberto Martins durante a pandemia da Covid-19. O STJ teve que se adaptar rapidamente aos impactos provocados pela crise sanitária mundial, reforçando os sistemas de tecnologia da informação e comunicação para dar suporte às atividades administrativas e jurisdicionais, que passaram a ser desempenhadas de maneira remota.

Além da pandemia, o tribunal sofreu, em novembro do ano passado, o maior ataque cibernético a uma instituição pública no Brasil. Em uma resposta ágil e precisa, os dados foram restaurados e as rotinas de trabalho, restabelecidas após sete dias de esforço ininterrupto e ampla mobilização

de servidores, colaboradores, empresas contratadas e dos seguintes órgãos externos: o Comando de Defesa Cibernética do Exército brasileiro, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. A extensão do ataque e os seus responsáveis continuam sendo apurados em inquérito sigiloso conduzido pela Polícia Federal.



Esforço conjunto produz respostas céleres e seguras à sociedade, diz diretor-geral do STJ, Marcos Cavalcante

“Continuamos a caminhada e, ao final do biênio, esperamos poder afirmar que cumprimos a nossa missão com bravura, com a consciência tranquila de que envidamos todos os nossos esforços para consolidar o STJ como o Tribunal da Cidadania”, afirma o diretor-geral. ■

PROTEGENDO VIDAS E SERVINDO AO CIDADÃO

Com a pandemia, o STJ enfrenta o maior desafio da sua história mantendo a produtividade e o diálogo com o cidadão

Desde o início, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem agindo com prontidão, rapidez e rigor científico contra a crise sanitária mundial provocada pela Covid-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus. Menos de uma semana depois, o tribunal começou a adotar medidas para assegurar a proteção da vida e da saúde dos seus magistrados, servidores, colaboradores e estagiários, e, de igual modo, manter operantes seus serviços administrativos e judiciais.

À época, o ministro Humberto Martins ocupava o cargo de corregedor nacional de Justiça

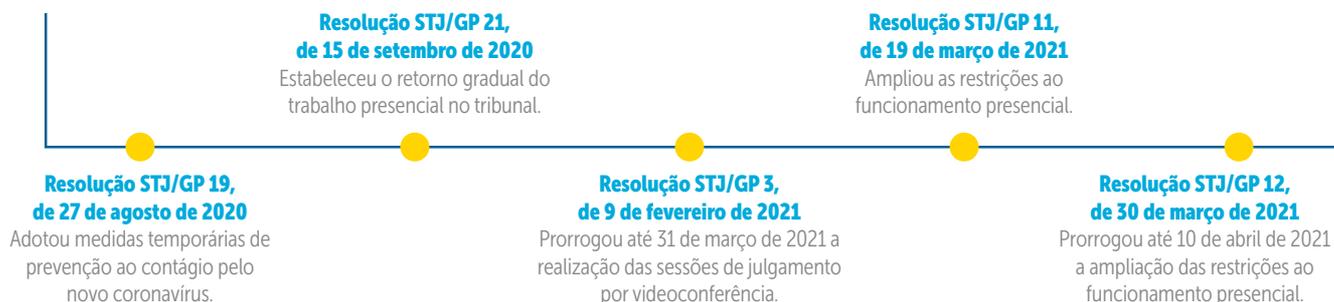
do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo o responsável por coordenar um comitê instituído pela Portaria CNJ 53/2020 com o objetivo de supervisionar as ações de prevenção a cargo dos tribunais brasileiros para evitar a propagação da Covid-19.

Já como presidente do STJ, Humberto Martins se valeu da experiência à frente da Corregedoria Nacional de Justiça para, no primeiro dia de sua gestão, disciplinar o funcionamento da corte superior durante a pandemia.

Publicada em 28 de agosto do ano passado, a **Resolução STJ/GP 19/2020** impôs medidas

STJ e a pandemia

Atos normativos



de segurança sanitária para evitar a disseminação do novo coronavírus. Foram suspensas a prestação presencial de serviços não essenciais e a circulação do público nas dependências da corte. Houve também a implementação de rotinas preventivas, como a aferição da temperatura das pessoas que tivessem de entrar na sede, a higienização constante dos ambientes e a disponibilização de álcool em gel 70% em diferentes pontos do tribunal. O normativo determinou ainda que os servidores dos grupos de risco permanecessem, obrigatoriamente, em trabalho remoto.

O passo seguinte veio com a regulamentação do retorno gradual das atividades presenciais nos setores vinculados à Presidência e nas unidades administrativas. Em vigor desde 16 de setembro, a **Resolução STJ/GP 21/2020** estabeleceu a retomada do expediente presencial por etapas, limitando a presença física dos servidores, diariamente, a 25% da lotação de cada unidade. O normativo atendeu à **Resolução 322/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que definiu regras mínimas para o restabelecimento gradual das atividades presenciais no Poder Judiciário.



Rigor sanitário no STJ: tribunal realiza sessões de julgamento por videoconferência

Agravamento da pandemia

Em março de 2021, em resposta à alta no índice de transmissão do novo coronavírus, o governo do Distrito Federal determinou o toque de recolher noturno. Diante da nova conjuntura, o presidente do STJ assinou a **Resolução STJ/GP 11/2021**, que teve por objetivo reduzir ainda mais o fluxo de pessoas na corte.

O normativo trouxe uma série de novas medidas, como a ampliação do regime de trabalho remoto, o atendimento aos advogados exclusivamente por meios eletrônicos

Resolução STJ/GP 14, de 8 de abril de 2021

Prorrogou até 30 de abril de 2021 a ampliação das restrições ao funcionamento presencial.

Resolução STJ/GP 17, de 27 de abril de 2021

Prorrogou até 16 de maio de 2021 a ampliação das restrições ao funcionamento presencial.

Resolução STJ/GP 21, de 10 de junho de 2021

Prorrogou até 31 de agosto de 2021 a realização das sessões de julgamento por videoconferência.

Resolução STJ/GP 15, de 8 de abril de 2021

Prorrogou até 31 de maio de 2021 a realização das sessões de julgamento por videoconferência.

Resolução STJ/GP 20, de 12 de maio de 2021

Prorrogou até 1º de julho de 2021 a realização das sessões de julgamento por videoconferência.

Resolução STJ/GP 22, de 8 de julho de 2021

Ampliou o retorno gradual do trabalho presencial no tribunal.

e o cancelamento de eventos internos que exigissem participação presencial.

Melhora do cenário

Com o avanço da campanha nacional de imunização, foi editada, em julho, a Resolução STJ/GP 22/2021, que alterou o retorno gradual do trabalho presencial no tribunal. Desde 2 de agosto deste ano, a presença de servidores efetivos no expediente presencial passou a corresponder a, no mínimo, 50% da lotação de cada unidade.

Rigor sanitário no STJ: distanciamento social contra a Covid-19



Rigor sanitário no STJ: higienização constante contra a Covid-19

De acordo com a resolução, as equipes podem realizar o revezamento entre o trabalho remoto, o teletrabalho e o trabalho presencial, devendo ser priorizado o retorno presencial dos servidores que tenham tomado as duas doses da vacina contra a Covid-19 ou imunizante ministrado em dose única.

O normativo manteve a adoção de medidas não farmacológicas contra o novo coronavírus, como a suspensão do ingresso do público externo em espaços de uso coletivo, a utilização de máscaras de proteção facial, a medição da temperatura corporal e o distanciamento mínimo de dois metros entre as pessoas.

Promoção da cidadania

Apesar das restrições ao funcionamento presencial, o ministro Humberto Martins ressalvou algumas hipóteses para preservar o acesso do jurisdicionado aos espaços físicos do tribunal, sempre cercado dos devidos protocolos sanitários. Aos advogados, foi autorizado fazer sustentação oral presencial nas sessões da Corte Especial, mediante requerimento ao presidente do STJ.

Ao mesmo tempo, Humberto Martins promoveu as audiências do projeto *Fale com o Presidente – De Mãos Dadas: Magistratura e cidadania*, que permite a qualquer cidadão apresentar suas demandas pessoalmente à Presidência da corte. ■

STJ E A PANDEMIA

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)

Produtividade mantida (até 11/7/2021)

Mais de 919 mil decisões proferidas desde o início do trabalho remoto, em 16/3/2020

Três principais classes processuais:

284.610 AREsps

190.687 HCs e

116.540 REsps

557.764 monocráticas e 145.451 colegiadas

303 sessões virtuais

para o julgamento dos recursos internos
(AgRg, AgInt e EDcl)

Redução do gasto público, com o trabalho remoto

Na comparação com 2019, o STJ diminuiu uma série de despesas no ano passado, sendo as três principais:

Contratos de motoristas **(-68,68%)**

Papel A4 **(-68,42%)**

Galões de 20l de água mineral **(-67,67%)**

Fonte: Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS)



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Competência detalhada no artigo 105 da Constituição Federal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil.

É de responsabilidade da corte a solução dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. Todos os dias, centenas de demandas dos diversos cantos do país chegam ao STJ em busca de Justiça.

NOVAS ESTRATÉGIAS DE DESJUDICIALIZAÇÃO

Acordos com outras instituições reduzem sobrecarga de trabalho no STJ

A gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi está empenhada em reduzir o volume de processos, para que a corte possa cumprir de maneira mais efetiva sua missão de interpretar a legislação federal infraconstitucional. Grande parte desse esforço está sendo conduzido pela Secretaria Judiciária (SJD), responsável pelo trâmite do processo desde o protocolo até sua distribuição ao relator.

Uma das estratégias adotadas pela unidade para racionalizar o trabalho do STJ é a adoção de acordos de cooperação técnica com outras instituições, a exemplo das parcerias firmadas com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A partir da cooperação com a AGU, que teve por objeto a execução de ações ou eventos de interesse comum ligados à prevenção de litígios, **350.432 processos** tiveram sua tramitação abreviada nas instâncias de origem (por desistência, acordo ou não interposição de recurso), deixando

de ser enviados à corte superior. Houve também a redução de 11,20% no número de Agravos em Recurso Especial (AREsps) de autoria da AGU – um total de **1.786 recursos** que não chegaram a ser interpostos.



Em decorrência da aplicação das estratégias de desjudicialização estabelecidas pela Meta 9 do CNJ, somente no primeiro semestre de 2021, cerca de 64 mil processos previdenciários tiveram sua tramitação abreviada nas instâncias ordinárias, por meio de acordos, desistências ou não interposição de recursos pelo INSS

**ANTONIO AUGUSTO GENTIL,
SECRETÁRIO DA SJD**





SUPOORTE VIRTUAL HUMANIZADO

DADOS CONSOLIDADOS
EM 9/6/2021

15

vídeos tutoriais para uso das ferramentas de autoatendimento (41 mil visualizações)

73.653

atendimentos prestados às partes

Balcão Virtual: atendimento *on-line* a advogados e ao público em geral por videoconferência. Em menos de três meses, houve 7.729 acessos

Além disso, foram homologadas **1.453 decisões** em processos em curso no STJ.

O acordo com a AGU também está sendo utilizado para atingir a Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fomenta ações de prevenção ou desjudicialização de litígios ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)**. A escolha do tribunal foi pelo ODS 8, que versa sobre o tema “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” e inclui os feitos de natureza previdenciária.

Em 2021, foi celebrada a parceria com o STF visando a implantação de estratégias conjuntas para reduzir a atuação repetitiva de ambas as cortes e fortalecer seus

precedentes judiciais. O acordo de cooperação – que conta com a gestão e a condução técnica da equipe da SJD – consiste na adoção de **política de compartilhamento de dados** entre as duas instituições.

Números expressivos

No primeiro ano da atual gestão, o STJ **recebeu 330.641 processos** – número recorde, superior em 48.688 ao volume registrado no período anterior. Foram distribuídos aos ministros 355.536 processos, ou 40.461 (12,84%) a mais.

Uma forma de agilizar o processamento de todo esse volume foi a adoção de procedimentos automatizados que, a partir de março de 2021, abarcaram as etapas de recebimento, registro e análise inicial

TRIAGEM PROCESSUAL

Dados consolidados em 17/6/2021

Fonte: Secretaria Judiciária (SJD)

29.342 processos

com vícios nos
pressupostos recursais

(13,18% do total)

6.514 HCs

manifestamente
inadmissíveis

(10,6% do total)

1.141 processos

contendo matéria
repetitiva

483 processos

com identificação
de serem RRCs

das peças processuais, ficando a análise humana restrita às exceções previamente estabelecidas. A medida permitiu **reduzir em 60% a força de trabalho** nas unidades envolvidas.

Pronta resposta

Apesar do aumento expressivo na demanda, a SJD manteve a preocupação de dar processamento imediato para as causas urgentes: **99,4% dos 71.363 processos originários – incluindo os habeas corpus – foram processados em até 72 horas.**

A SJD observou ainda um **aumento no número de petições incidentais** a serem processadas: foram 678.938 no primeiro ano da gestão, 21.873 mais do que nos 12 meses anteriores.

De acordo com o titular da unidade, Antonio Augusto Gentil, os dados demonstram que o primeiro ano da atual gestão terminou com ganhos significativos em termos de celeridade e produtividade na fase inicial da tramitação dos processos.

“A Secretaria Judiciária vem apresentando à alta administração propostas de atualização de seus procedimentos, buscando uma maior racionalização do fluxo processual, a automação de suas rotinas de trabalho e o reforço do seu papel de unidade de apoio aos gabinetes de ministros”, ressalta o secretário.

Atendimento na era virtual

Atenta ao movimento de transformação digital e às necessidades surgidas com o advento da pandemia da Covid-19, a Secretaria Judiciária passou a realizar um atendimento virtual humanizado, voltado para a perspectiva do cliente. Para isso, desenvolveu materiais *on-line* e vídeos tutoriais que possibilitam a resolução de demandas por meio do autoatendimento, bem como implantou em tempo recorde o Balcão Virtual, uma ferramenta que já é considerada indispensável pelo público externo. ■

Praticamente 80% dos processos recebidos dos tribunais de origem e 98% das ações originárias são protocolados por robôs. A ferramenta automática trabalha 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados.

PROCESSANDO MAIS COM MENOS

Automação de procedimentos trouxe mais resultados, com economia de recursos públicos

Sob a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Secretaria de Processamento de Feitos (SPF) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou a produtividade, ao mesmo tempo em que manteve uma estrutura mais enxuta. Houve a consolidação do processo de racionalização de rotinas de trabalho e de sistemas.

A SPF atingiu a média mensal de 14.382 comunicações de decisões entre setembro de 2020 e abril de 2021, um **aumento de 66%** em relação a todo o ano de 2018. Atualmente, 99,98% das comunicações oficiais são feitas por malote digital, representando **economia com o envio de telegramas de R\$ 1 milhão** para o tribunal.

Uma série de procedimentos cartorários foram automatizados e padronizados durante o primeiro ano do biênio 2020-2022. São tarefas que vão da comunicação de despachos dos ministros, de forma

ágil e direta, até a formalização da decisão judicial, com a baixa definitiva do processo e o seu envio por meio eletrônico ao tribunal de origem.

// *As parcerias com órgãos internos, como a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; e externos, como o Ministério Público Federal, são preponderantes para o estabelecimento de um padrão de excelência*

RUBENS CESAR GONÇALVES RIOS,
SECRETÁRIO DA SPF



“As mudanças promovidas em nossa unidade exigem uma rápida adaptação de seu corpo de gestores e servidores, na busca dos melhores resultados ope-

racionais, com ganhos expressivos para toda a sociedade”, afirma o secretário de Processamento de Feitos, Rubens Cesar Gonçalves Rios.

No âmbito das iniciativas de otimização dos procedimentos cartorários, a atual gestão da SPF conduz a execução de quatro projetos interligados com a finalidade de promover melhorias nas atividades relativas ao processamento de decisões, quais sejam: Automatização das Comunicações Processuais; Busca Textual nas Peças do Processo; Controle Automático de Despachos de Mero Expediente, e Baixa Automática das Decisões Colegiadas.

Com o desenvolvimento dessas ferramentas – que contam com a parceria da

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) e da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) –, são esperados diversos benefícios operacionais, como a celeridade, a economia de recursos e o aumento da produtividade. Dessa forma, a SPF busca contribuir de maneira consistente para o atingimento do objetivo estratégico da corte superior no tocante à busca da máxima eficiência da prestação jurisdicional.

SPF em números

Entre setembro de 2020 e junho de 2021, a unidade de processamento de feitos do STJ publicou **499.741 documentos no Diário de Justiça Eletrônico**, cumpriu 2.184 intimações, expediu 525 telegramas, traduziu 1.537 páginas de processos

EM 2018:

53%

das comunicações
por telegramas
oficiais

HOJE:

99,98%

por malote digital,
com economia de
R\$ 1.024.441,32



PROCESSOS BAIXADOS

Fonte: Secretaria de Processamento de Feitos (SPF)



756
Precatórios expedidos

503
Precatórios pagos

1.001
RPVs expedidas

1.416
RPVs pagas

Precatórios/RPVs
de 1º/9/2020 a 31/5/2021

e transcreveu 5.632 páginas de sessões, além de realizar o cadastro de 105 entes públicos.

A SPF executou 1.196.603 intimações eletrônicas, que, além de mais ágeis, representaram **economia de cerca de R\$ 76 mil em despesas postais**. Em 2021, a SPF obteve o ingresso de duas importantes entidades no Portal de Intimações: o Núcleo de Prática Jurídica Toledo Prudente e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).

Com essas novas adesões, o setor de processamento de feitos oferece ao tribunal um rol de 341 entes públicos e entidades cujas intimações se dão por meio de procedimento eletrônico.

Teletrabalho mais produtivo

Está em plena execução na Secretaria de Processamento de Feitos o programa de teletrabalho, que conta atualmente com a adesão de 44 servidores, o equivalente a 23% do corpo funcional lotado na unidade. Além do bem-estar proporcionado, o regime de teletrabalho resulta também no incremento da produtividade dos servidores.

Durante o primeiro ano do biênio 2020-2022, a **produtividade média dos participantes do teletrabalho na SPF foi de 147%**, em relação ao trabalho realizado presencialmente. Esse desempenho se encontra 27 pontos percentuais acima

RACIONALIZAÇÃO REDUÇÃO DE ESTRUTURA E PESSOAL

2021

195 servidores



7 coordenadorias



24 seções



2018

389 servidores



13 coordenadorias



59 seções



da meta mínima de 120% exigida pela Resolução STJ/GP 19/2018, que instituiu o teletrabalho na corte. ■



Composição completa dos ministros da Segunda Seção em sessão de julgamento por videoconferência, em maio/2021

de julgamento, bem como responder às demandas por informação e providências.

Além da gestão documental dos julgamentos, compete à AJC organizar, por meio da plataforma Zoom, a identificação dos participantes das reuniões virtuais: ministros; membros do Ministério Público Federal (MPF); advogados; defensores públicos, e procuradores.

O trabalho da unidade na atual gestão é intensamente marcado pelo atendimento ao público externo. O congestionamento dos ramais levou a AJC a buscar soluções por meio da cooperação com a Seção de Informações Processuais. “O intercâmbio de informações entre as unidades permitiu aumentar significativamente o número de pessoas atendidas”, afirma a assessora-chefe de Apoio Colegiado, Valéria Dusi.

“*Em dias de sessão e na véspera, a assessoria chega a receber, em média, duzentas ligações telefônicas*”

VALÉRIA DUSI,
ASSESSORA-CHEFE DA AJC

Normatização

Outro ramo de atuação da AJC é o acompanhamento dos atos normativos que disciplinam o julgamento colegiado e o acompanhamento das implementações de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A título exemplificativo, a AJC acompanhou a implementação da **Resolução CNJ 354/2020**, que dispõe sobre o cumprimento

GESTÃO DOCUMENTAL DAS SESSÕES DE JULGAMENTO

Dados consolidados em 15/6/2021

Fonte: Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC)

359

Pautas publicadas

207

Atas de sessão

444

Sessões realizadas

(virtuais e por videoconferência)

92.463

Certidões de
julgamento
lançadas

90.941

Acórdãos publicados

digital de ato processual e de ordem judicial, e da **Resolução CNJ 234/2016**, que institui o *Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)*, a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário.

Dados Abertos

Atendendo a recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), a AJC atuou de forma intensa na disponibilização dos **Dados Abertos** da unidade, incluindo informações detalhadas sobre o processo de julgamento na corte, desde o calendário de sessões até as atas de julgamento. O objetivo é dar transparência máxima à prestação jurisdicional ofertada por esta corte à sociedade.

Esses dados, disponibilizados para facilitar o acompanhamento das rotinas da instituição, incluem formas de contato com os

gabinetes dos ministros, estatísticas de julgamentos, composição atualizada dos órgãos julgadores e detalhes sobre as sessões, como a ordem de votação.

Muito mais que julgamentos

Trata-se de um atendimento minucioso a 33 gabinetes e ao jurisdicionado. Muito mais que julgamentos presenciais, por videoconferência ou virtuais, muito mais do que o momento das sessões ao vivo, há o trabalho prévio de organização das sessões, o preparo diário das pautas, o exercício – também diário – do acesso à informação, a análise dos processos levados às sessões, o acompanhamento dos votos-vista, o auxílio aos ministros no êxito da definição de temas que firmem jurisprudência, por meio da publicação dos acórdãos, que constroem a jurisprudência e fortalecem as teses relevantes e os precedentes do Tribunal da Cidadania. ■

Composição completa dos ministros da Terceira Seção em sessão de julgamento por videoconferência, em junho/2021





JURISPRUDÊNCIA E PRECEDENTES

Com os julgamentos de casos de repercussão e de recursos repetitivos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) indica o caminho jurídico a ser seguido por magistrados e tribunais de todo o Brasil. O Tribunal da Cidadania não poupa esforços para divulgar a sua jurisprudência e os seus precedentes para toda a sociedade

NOVAS TESES TODA SEMANA

Divulgação de entendimentos ganha agilidade com versão semanal do Informativo de Jurisprudência

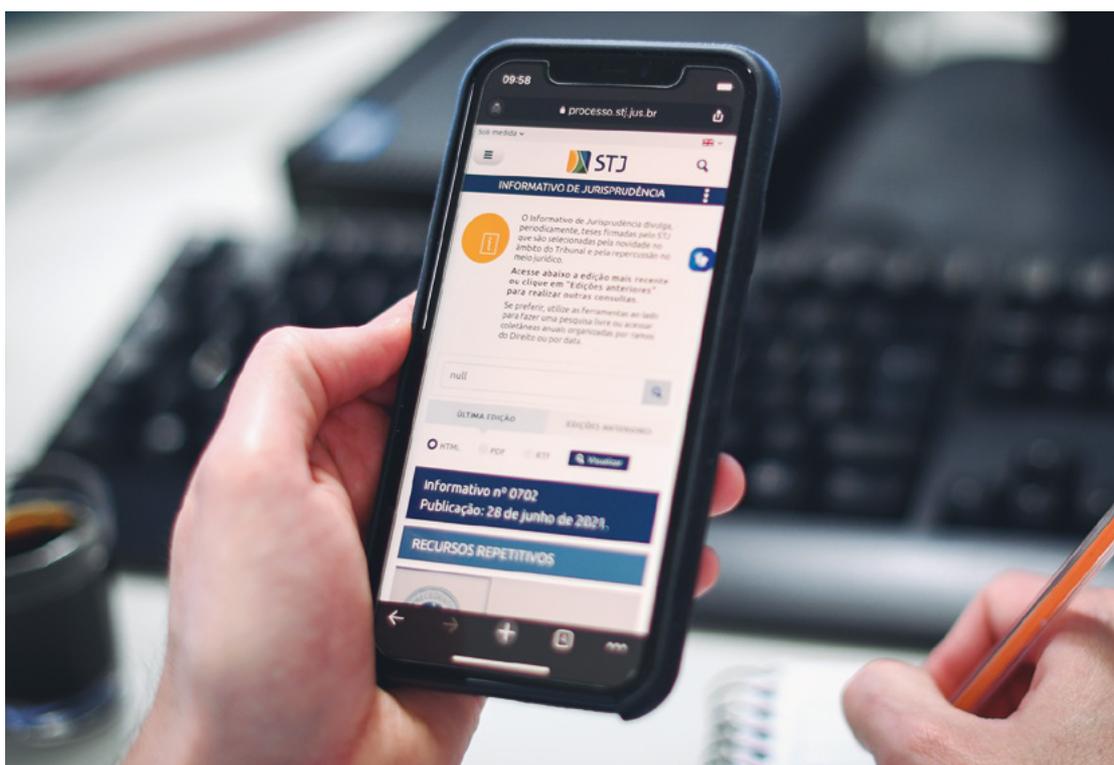
Quase 100 mil acórdãos foram incluídos na base de dados da Secretaria de Jurisprudência (SJR) neste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. Do total de **93.548 acórdãos** compilados pela SJR, 27.495 tiveram o registro de forma automática, graças à inteligência artificial.

Um dos mais conhecidos produtos de divulgação dos entendimentos do Superior

Tribunal de Justiça (STJ), o *Informativo de Jurisprudência* foi reformulado e passou a ter **edições semanais**, elaboradas a partir do acompanhamento de todas as sessões de julgamento ocorridas na semana anterior.

Outra novidade é que o Informativo agora recebe a colaboração dos próprios gabinetes dos ministros na indicação de processos,

Até 28 de junho de 2021, foram publicadas 702 edições do *Informativo de Jurisprudência*



PRODUTOS DE DIVULGAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Dados consolidados em maio/2021

Pesquisa Pronta	196
Informativo de Jurisprudência	24
Sessão em Foco	9
Jurisprudência em Teses	17
Súmulas Anotadas	8
Novos temas na página Repetitivos e IACs Organizados por Assunto	74
Pesquisas específicas de jurisprudência por solicitação de setores do tribunal	155

por meio de um canal de comunicação virtual que confere mais agilidade à divulgação das teses jurídicas.

Para orientar os usuários internos e externos em buscas pelo conteúdo da juris-

prudência, são disponibilizados, de forma contínua, **vídeos com dicas de pesquisa** no canal do STJ no YouTube.

Projetos em andamento

A SJR atua também no desenvolvimento de soluções tecnológicas, a fim de aperfeiçoar a catalogação e a divulgação dos entendimentos da corte.

Um dos projetos em fase de finalização é o **e-Juris**, que consiste na migração dos sistemas de informática da secretaria para a versão *web*, o que permitirá implementar melhorias e inovações no tratamento das informações jurisprudenciais.

Por sua vez, a iniciativa estratégica **Jurisprudência Administrativa** vai criar uma base de dados estruturados relativos às decisões administrativas do STJ, que poderá ser pesquisada por usuários internos credenciados.

“Já foi concluída a primeira etapa, referente à formulação da metodologia de tratamento da informação dos julgados administrativos. Estamos na segunda etapa do projeto, com as tratativas para o desenvolvimento de aplicativo de TI, além da execução de testes prévios em ambiente provisório”, detalha a secretária de Jurisprudência, Barbara Brito de Almeida.

Comitê nacional

Como resultado do *1º Encontro Nacional sobre Sistematização e Divulgação de*

Jurisprudência, realizado em março de 2020, foi sugerida a criação de um **grupo técnico nacional** para orientar o desenvolvimento dos serviços de jurisprudência dos tribunais brasileiros. A proposta foi regulamentada por meio da Portaria SEP 5/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atribuiu a coordenação a uma magistrada do CNJ, mas com o gerenciamento técnico dos trabalhos delegados ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O comitê de apoio para a elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre a sistematização dos serviços de jurisprudência no Poder Judiciário vem promovendo discussões em três frentes: diagnóstico da

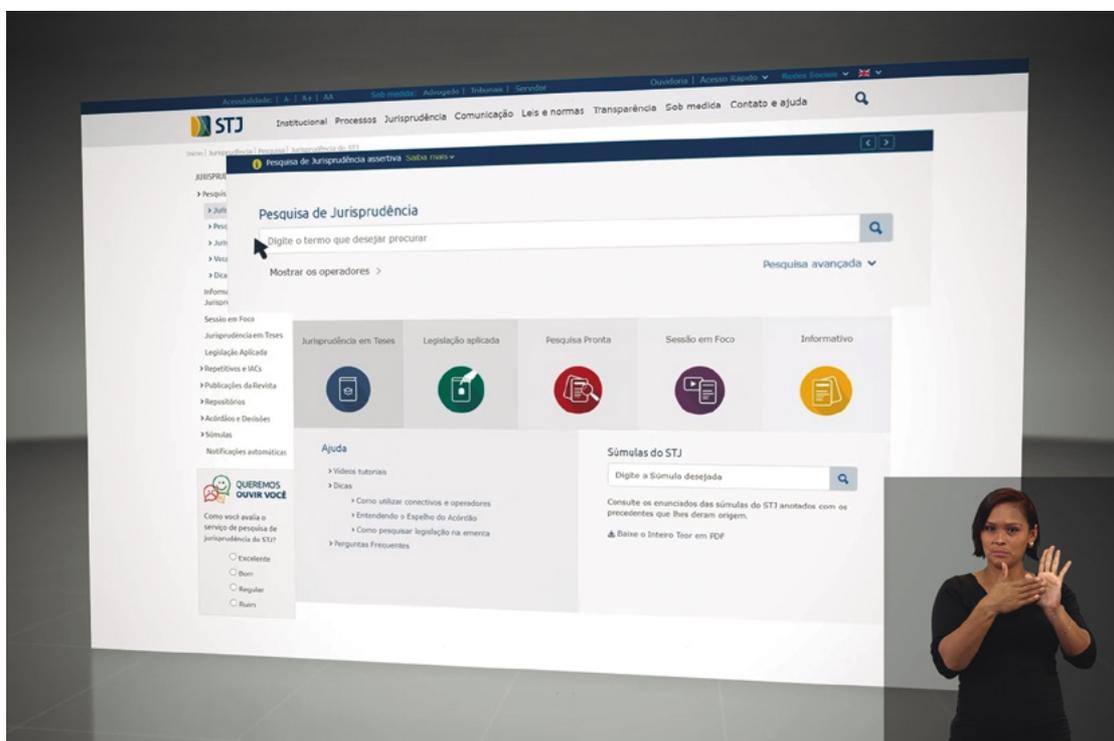
situação atual dos serviços jurisprudenciais; compartilhamento de tecnologias da informação, e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O objetivo final é elaborar um guia de boas práticas para a evolução da organização e divulgação da jurisprudência das cortes de Justiça do país.

Boas práticas

Ainda no quesito de boas práticas, a SJR retomou o **Café Temático**, ação voltada para a formação contínua dos gestores no ambiente de trabalho e iniciou a **Formação de Sucessores**, composta de reuniões com servidores que pretendem exercer cargos de chefia no futuro. ■

No canal do STJ no YouTube, vídeos auxiliam nas buscas por conteúdos de jurisprudência. A ferramenta Pesquisa de Jurisprudência registrou 44.901.529 acessos entre agosto/2020 e maio/2021



ACESSOS AOS SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Dados consolidados em maio/2021
Fonte: Secretaria de Jurisprudência (SJR)

3.067.091

Informativo de
Jurisprudência

2.522.724

Jurisprudência
em Teses

1.863.594

Súmulas Anotadas

1.382.811

Pesquisa Pronta

1.054.033

Repetitivos e IACs
Organizados por
Assunto

958.469

Legislação Aplicada

MAIS RAPIDEZ NA FILTRAGEM DE PROCESSOS

Tempo máximo de análise diminui em 20%

O Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer) atua no assessoramento à Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), elaborando minutas de decisões e despachos nos processos originários e recursos ainda não distribuídos aos ministros.

O Narer foi responsável pela análise de **184.958** processos no primeiro ano do biênio 2020-2022. Foram produzidas **123.524** minutas de decisões e despachos.

O núcleo encaminhou aos gabinetes **31%** dos processos que recebeu (**57.620**), já saneados quanto aos pressupostos objetivos. No caso dos Agravos em Recurso Especial (AREsps), além do saneamento, a equipe do Narer somente encaminhou à distribuição aqueles que ultrapassaram a hipótese de incidência da Súmula 182/STJ e que não estavam sujeitos a nenhum outro tipo de óbice quanto à admissibilidade. No mesmo período, foram baixados **96.088** processos.

Tempo reduzido

“No decurso desse período, com a adoção de novas medidas administrativas, o **tempo**

máximo de tramitação dos processos dentro do Narer foi reduzido em 20%,

ao passo que novos procedimentos de triagem processual têm sido implementados para otimizar ainda mais a produtividade da unidade”, ressalta a assessora-chefe do núcleo, Mariana Rodrigues Campos Altoé.



Na área de tecnologia, o Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos tem atuado em projetos com foco no aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e na redução do tempo de tramitação dos processos

MARIANA ALTOÉ,
ASSESSORA-CHEFE DO NARER



O Narer buscou a celeridade processual também por meio de **novas soluções tecnológicas**, a exemplo da migração



Com 151 servidores e o apoio de soluções tecnológicas, o Narer assessoria a Presidência por meio da confecção de minutas de decisões e despachos nos processos ainda não distribuídos

para o Sistema Web e da implementação de métodos de identificação de controvérsias com a utilização da Inteligência Artificial (IA).

Atualmente, o Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos emprega como plataforma de inteligência artificial o **Sistema Athos**, que ajuda a identificar processos que possam ser submetidos à afetação para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos e também, dentro do setor, é usado como ferramenta de triagem para agrupamento de processos semelhantes.

O Narer está desenvolvendo o **software Sócrates 2.0**, em parceria com a Assessoria de Inteligência Artificial (AIA) e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

(STI) da corte superior. O sistema vai utilizar técnicas de *machine learning* para extrair as controvérsias apresentadas no recurso especial, comparando com o acórdão do tribunal de origem e reunindo a jurisprudência relacionada ao tema em discussão, bem como apresentando sugestão de minuta.

Além disso, são adotados questionários processuais eletrônicos para a filtragem dos processos, com a produção automática de decisões quanto ao juízo de admissibilidade. Segundo a assessora-chefe do Narer, Mariana Altoé, as ferramentas digitais aplicadas na triagem processual permitem o exame de admissibilidade de forma padronizada e roteirizada.

Como resultado desses esforços tecnológicos, o núcleo vem contribuindo para a

redução do acervo processual do STJ. Em 2020, o tribunal recebeu em torno de 345 mil processos. Desse total, o Narer analisou mais de 177 mil recursos, elaborou minutas para cerca de 130 mil decisões e devolveu para a origem um volume de cerca de 101 mil processos.

Em outra frente, a unidade promoveu uma série de **ações de capacitação** do seu quadro de servidores. Foram oferecidos cursos sobre temas como admissibilidade de AREsps e Recursos Especiais (REsps); pesquisa de jurisprudência; análise de admissibilidade cotejada, e o uso do Sistema Athos.

Integração

No ano inicial do biênio em curso, o Narer investiu ainda na troca de experiências e

conhecimentos com outras cortes de Justiça para o aprimoramento contínuo das atividades relacionadas à admissibilidade recursal. Em junho de 2021, a unidade – em parceria com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) – participou do **Seminário sobre Gerenciamento de Precedentes e Admissibilidade Recursal**, série de três encontros virtuais organizados em conjunto pelo STJ e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A programação do evento, com debates envolvendo todas as instâncias judiciais, foi direcionada a ministros, desembargadores, juízes e servidores que atuam nas diferentes etapas da filtragem processual e da gestão eficiente de precedentes. ■

Ministro Humberto Martins e a assessora-chefe do Narer, Mariana Altoé, participam do primeiro dia de seminário conjunto sobre precedentes e admissibilidade recursal



DECISÕES TERMINATIVAS DO MINISTRO PRESIDENTE PELO NARER

Dados consolidados em 28/6/2021

Fonte: Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer)

122.792

Decisões

111.814

AREsp

5.755

HC

3.018

REsp

993

EAREsp

494

EREsp

398

RMS

120

Ag

200

Outras classes
processuais

CORTE DE PRECEDENTES

Gerenciamento de precedentes é ampliado com a inclusão de demandas coletivas

A consolidação da cultura de precedentes judiciais no país é uma das bandeiras da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, e tem o propósito de fortalecer a missão constitucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como intérprete final da legislação federal.

No primeiro ano do biênio 2020-2022, o antigo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) ganhou mais incumbências:

reforçar o monitoramento dos julgamentos das **ações coletivas** e promover maior efetividade da prestação jurisdicional na tutela dos interesses transindividuais.

Em setembro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 339/2020, que determinou a instituição de Núcleos de Ações Coletivas (NACs) nos tribunais brasileiros. O STJ optou pela incorporação do novo núcleo às atribuições e à estrutura do

Nugepac participa de acordo de cooperação assinado, em junho, pelos presidentes do STJ, ministro Humberto Martins, e do STF, ministro Luiz Fux, com o objetivo de racionalizar a atuação em questões repetitivas comuns



Nugep – que, a partir da Resolução STJ/GP 29/2020, passou a se chamar **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac)**.

Comissão gestora

A Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas é composta pelos ministros Paulo de Tarso Sanseverino (presidente), Assusete Magalhães, Rogerio Schietti Cruz e Moura Ribeiro (suplente). O grupo realizou sete reuniões durante a atual gestão, com pautas e respectivas deliberações registradas em atas disponibilizadas no Portal da Transparência do STJ.

Na reunião de outubro de 2020, foi apresentado ao grupo o **Sistema de Afetação Eletrônica Web**, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI). A ferramenta entrou em funcionamento em junho de 2021, após a aprovação de emendas regimentais que, inclusive, suprimiram o voto tácito em julgamentos virtuais.

A Portaria STJ/GP 98, de 22/3/2021, que alterou o nome da Comissão para Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (Cogepac), aumentou sua composição com mais um juiz supervisor e três assessores do Nugepnac – além dos quatro ministros que já compõem a unidade –, e acrescentou às suas atribuições a tarefa de determinar as providências necessárias à melhoria da gestão dos dados e do acervo de processos de ações coletivas.

Acordo de cooperação entre STJ e AGU otimizou a gestão de precedentes

(de julho/2020 a junho/2021)



As competências relativas aos pedidos de suspensão nacional de processos, em razão da admissão de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) na origem, e aos recursos especiais selecionados pelos tribunais como representativos de controvérsia, já estavam previstas na Portaria STJ/GP 299 de 19 de julho de 2017 – revogada pela Portaria STJ/GP 98/2021, e foram mantidas.

Parcerias

O trabalho de gerenciamento de precedentes envolve ainda a interlocução com as demais cortes de Justiça do país. No contexto da pandemia da Covid-19, foi cria-



Divulgação de precedentes conta com iniciativas como o informativo eletrônico *Boletim de Precedentes* e o novo podcast *Rádio Decidendi*, produzido em parceria com a Secretaria de Comunicação Social (SCO)

da a **Rede Nugep no WhatsApp**, com a participação dos dirigentes de todos os Nugeps dos tribunais superiores, Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho.

“O grupo de conversa por aplicativo de mensagem facilitou a interlocução e a troca de informações e experiências, de modo a abreviar o tempo para equacionar problemas procedimentais e dividir aprendizados quanto às dificuldades, necessidades ou soluções na aplicação dos precedentes qualificados”, explica a assessora-chefe do Nugepnac, Maria Lucia Paternostro.

Mapeando repetitivos

Com o suporte da inteligência artificial, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes

e de Ações Coletivas atuou junto a outras áreas do tribunal para o acompanhamento diário dos processos apresentados ao STJ nos quais seja possível indicar a existência de uniformidade de entendimento da corte. A partir daí, são formados **grupos de processos** para cada tema, com estudo e monitoramento quanto à multiplicidade e relevância. Foram criados **208** grupos do tipo no primeiro ano da presente gestão.

Após análise técnica, as informações são disponibilizadas à presidência da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, que poderá adotar nos processos o rito do recurso indicado como representativo da controvérsia, candidato à afetação como repetitivo. ■

PRECEDENTES QUALIFICADOS

Dados consolidados em 11/6/2021

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac)

83

Controvérsias
criadas

39

Temas repetitivos
afetados

7

IACs admitidos

1

Suspensão
em IRDR

Impacto total:

1.162.305

processos
sobrestados
na origem

(Fonte: Banco Nacional de Precedentes e
Demandas Repetitivas do Conselho
Nacional de Justiça/BNPr)

Superior Tribunal de Justiça



CAC

Central de
Atendimento ao
Cidadão



Ouvidoria

TRANSPARÊNCIA, CIDADANIA E DIÁLOGO INSTITUCIONAL

A gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi tem como requisitos essenciais a transparência e o diálogo. Como o presidente do STJ sempre diz: “Nós somos apenas inquilinos do poder, pois o proprietário do poder é o povo brasileiro”. É preciso prestar contas de todos os atos a cidadãos e cidadãs, demonstrando que o Poder Judiciário está a seu serviço e que as ações adotadas pelo tribunal têm a finalidade de atender às demandas da sociedade brasileira.

CIDADÃO TEM VEZ E VOZ

Ouvidoria do STJ promove encontros presenciais com cidadãos, firma parcerias e moderniza o Portal da Transparência

Para a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, o Judiciário e as instituições democráticas, diante dos impactos sociais e econômicos provocados pela pandemia da Covid-19, precisam estar ainda mais atentos às necessidades e aos anseios da sociedade brasileira.

Com o objetivo de ampliar os canais de diálogo com o cidadão em um período de crise, a Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve como uma de suas prioridades a abertura – literal – das portas da corte para qualquer pessoa que queira apresentar uma demanda.

No projeto *Fale com o Presidente – De mãos dadas: magistratura e cidadania*, a Ouvidoria é a unidade responsável por receber as inscrições dos participantes dessa iniciativa inédita, na qual são promovidos encontros presenciais entre os cidadãos e o presidente do STJ, ministro Humberto Martins.

Nas seis edições realizadas desde o seu lançamento, no segundo semestre de 2020,



As inscrições para as audiências presenciais de cidadãos com a Presidência são recebidas pelo e-mail falecomopresidente@stj.jus.br

o *Fale com o Presidente* já atendeu a mais de 50 pessoas de todo o país. Cada participante tem até dez minutos para conversar diretamente com o presidente do tribunal. As demandas são encaminhadas e solucionadas dentro das possibilidades da corte.

As audiências públicas cumprem todos os protocolos de segurança sanitária para evitar a proliferação do novo coronavírus.



Acordo entre STJ e CNJ, assinado pelo ministro Humberto Martins, prevê estudos conjuntos para a integração dos sistemas de informação das suas ouvidorias

“Cada pessoa que apresenta uma demanda, mais do que buscar o seu direito, contribui para o aperfeiçoamento da missão da corte, que é oferecer a melhor prestação jurisdicional possível”, reforça a ouvidora auxiliar, Tatiana Aparecida Estanislau de Souza.

Ouvidorias lado a lado

No ano passado, a Ouvidoria do STJ firmou **três acordos de cooperação técnica** – com as ouvidorias da Controladoria-Geral da União (CGU), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – para intercâmbio de informações e experiências. O objetivo desses acordos é fortalecer mecanismos de participação, controle e avaliação social de políticas e serviços públicos,

além de promover ações educacionais para os servidores.

Como resultado dessa cooperação, no segundo semestre de 2021, devem ser lançados cursos específicos para a área de ouvidoria judicial, a cargo das ouvidorias do STJ e do CNJ.

Transparência

Como coordenadora do Serviço de Informação ao Cidadão, previsto na Lei 12.527/2011, a Ouvidoria do STJ é encarregada de monitorar as informações disponíveis no Portal da Transparência. Em atendimento a determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), foi criada uma **nova página na internet** para abrigar o

NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO STJ



**Acesso mais ágil,
fácil e intuitivo**

Agora, é possível saber quando houve a última atualização da página, acessar o mapa do site, fazer buscas personalizadas e utilizar recursos de acessibilidade inclusiva

Portal da Transparência e a Prestação de Contas do tribunal.

No biênio em curso, o STJ passará por uma pesquisa de imagem. Elaborado pela Ouvidoria em conjunto com diversas unidades da corte, o trabalho conta com o apoio da Fundação Getulio Vargas (FGV) e será aplicado no segundo semestre deste ano.

Em 14 de junho, foi publicada a nova versão do Sistema de Ouvidoria do STJ (SOU STJ), adequada às modificações trazidas pelo novo regulamento da unidade e capaz de tornar a navegação mais rápida e dinâmica. Outra novidade foi a inclusão de ferramentas de acessibilidade, permitindo que o sistema seja facilmente utilizado por pessoas com deficiência. ■

Presidente do STJ empossa o ministro Sérgio Kukina como ouvidor do tribunal para um mandato de 12 meses, sucedendo a ouvidora anterior, ministra Assusete Magalhães



FOCO NO TRIBUNAL DA CIDADANIA

Comunicação Social amplia presença da corte no noticiário e nas mídias sociais

Nunca o STJ foi tão comentado e acompanhado como neste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. O Judiciário está cada vez mais presente no noticiário nacional e no dia a dia da sociedade brasileira.

Entre o início de 2021 e o dia 10 de junho, as notícias no site do tribunal foram visualizadas **3.366.645 vezes** – número 38% maior do que o registrado no mesmo período do ano anterior. O dado reflete o esforço realizado pela Secretaria de Comunicação Social (SCO) para levar ao público o que é decidido pelo Tribunal da Cidadania.

“Os números revelam a importância do trabalho desenvolvido pela SCO, principalmente no que se refere à publicação de notícias no Portal do STJ: a área de notícias é a terceira mais acessada, ficando atrás somente da consulta processual e do setor de jurisprudência – áreas-fim do tribunal”, ressalta a secretária de Comunicação Social, Cristine Genú.

O trabalho de divulgação se reflete na cobertura dos meios de comunicação do país. Neste primeiro ano de gestão, **65.914 notícias** foram publicadas sobre o STJ, seus ministros e suas decisões, em diversos sites, jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão.

A SCO produziu e publicou no site **1.449 notícias** sobre decisões, eventos e outras

Transparência na crise

A SCO atuou diretamente na **redação e divulgação de comunicados diários da Presidência** durante a ampla mobilização da corte para o restabelecimento da rede de tecnologia após o **ataque hacker** de novembro de 2020.

CRTV em números



Canal do STJ no YouTube	Inscritos: 109.108 Vídeos: 876
Canal do STJ no Spotify	32.536 reproduções
Canal do STJ no SoundCloud	60.080 reproduções
Reportagens na TV Justiça	523 reportagens
Matérias na Rádio Justiça	1.060 matérias
Vídeos institucionais	104 vídeos
Transmissões ao vivo no YouTube	268 transmissões

Dados consolidados pela Coordenadoria de TV e Rádio (CRTV) em 14/6/2021

atividades da corte, entre 27 de agosto de 2020 (início da atual gestão) e 10 de junho de 2021, além de realizar **2.544 atendimentos à imprensa**.

Julgamentos no YouTube

Durante o primeiro ano da gestão – todo ele marcado pela pandemia –, as sessões de julgamento puderam ser acompanhadas pelo público em **268 transmissões** ao vivo realizadas no YouTube. O canal da corte na plataforma superou os **100 mil inscritos**, e seus vídeos alcançaram **1,8 milhão de visualizações** – entre sessões e conteúdo jornalístico, como o novo programa *Entender Direito*, o primeiro em formato multiplataforma (exibido na TV e na Rádio Justiça, no YouTube e em plataformas de *podcast*).

Também foram produzidas no período **1.060 reportagens** de rádio. A equipe da SCO passou a divulgar as súmulas e as teses de recursos repetitivos do STJ em áudios curtos, organizados em *playlist* própria – o que facilita a vida de quem quer estar por dentro da jurisprudência.

Engajamento

As redes sociais do STJ, no primeiro ano da atual gestão, tiveram, juntas, um acréscimo de 81 mil seguidores, com destaque para o Instagram, que ganhou **52 mil** seguidores. Além disso, foram **2.820 posts** nas quatro redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter). Só o Twitter teve **1.728 posts**.

Estima-se que, no primeiro ano de gestão do presidente, ministro Humberto Martins,



Coordenadoria de Multimeios (COMM); acima, o post com o maior alcance no Instagram

e do vice-presidente, ministro Jorge Mussi, os veículos digitais do STJ tenham alcançado um público aproximado de **18 milhões de pessoas** – sendo 75% constituídos de novos usuários das diversas plataformas.

Somente o Portal do STJ teve média mensal superior a **3,5 milhões** de visitas ao longo desse período, contribuindo para aproximar o Judiciário da sociedade.

A SCO se responsabilizou também pela promoção de campanhas institucionais e lançou novas edições da *Revista Panorama STJ*, que reúne reportagens especiais publicadas aos domingos no site – geralmente sobre temas específicos da jurisprudência.

No campo da comunicação interna, voltada para magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, foram divulgadas 2.279 matérias pela intranet do tribunal. Além disso, o WhatsApp passou a ser utilizado para a transmissão de notícias de interesse do público interno. ■

A SCO atuou no lançamento da área do Portal do STJ dedicada à LGPD e na construção do *hotsite* da *Agenda 2030*, com informações completas sobre temas relevantes e atuais para a sociedade



EXPOSIÇÃO DE QUALIDADE

Dados consolidados em 10/6/2021

Fonte: Coordenadoria de Imprensa e Conteúdo (CIMP) /
Secretaria de Comunicação Social (SCO)

1.449

Notícias do Portal

2.279

Notícias do
ConexãoSTJ

2.544

Atendimentos
a jornalistas

20.694

Fotos tratadas

215

Notícias publicadas
no Mídia Indoor

247

Notícias do
Jornal Mural

INFORMAÇÃO E CULTURA SEM SAIR DE CASA

Tecnologia permitiu a manutenção do atendimento ao público, publicação de novas obras e o lançamento de exposições artísticas durante a pandemia

No contexto da pandemia da Covid-19, a Secretaria de Documentação (SED) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem acompanhando a tendência mundial de manter a prestação de serviços por meio da virtualização de rotinas e da adoção de novos sistemas informatizados.

As inovações tecnológicas permitiram à Biblioteca Ministro Oscar Saraiva prosseguir com o atendimento ao público interno do tribunal e à sociedade. “Mesmo diante do cenário de pandemia, a biblioteca permaneceu com seus serviços de atendimento e pesquisa ininterruptos”, ressalta a secretária de Documentação, Josiane Cury Nasser Loureiro.

De acordo com a gestora, a biblioteca do STJ foi a **única a manter o atendimento ao usuário externo, de forma 100% remota**, entre as 13 instituições integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBi) – rede cooperativa de bibliotecas

dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo em nível federal.

Entre as novidades deste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, está o lançamento do informativo quinzenal *Novos E-books*, com o objetivo de divulgar por e-mail a todo o tribunal a atualização do acervo de livros eletrônicos disponíveis nas bases de dados assinadas pela Oscar Saraiva.

Biblioteca com 100% de atendimento na pandemia: 10.525 por e-mail, 346 presenciais e 140 por telefone





Bibliografias Seleccionadas: o objetivo é oferecer a ministros, servidores e ao público em geral fontes de informação que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas atuais

Destaca-se, também, a ampliação do processo de digitalização de fascículos de periódicos impressos, para inclusão na Estante Virtual de Periódicos. A iniciativa possibilita o acesso ao conteúdo integral por parte de magistrados, servidores e colaboradores em regime de trabalho remoto, promovendo a redução do impacto ambiental resultante dos pedidos de cópias desse material.

Além disso, foram lançadas **três novas edições da série *Bibliografias Seleccionadas***, intituladas *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*, *Pacote Anticrime* e *Covid-19: Aspectos jurídicos*. Houve a atualização de outra obra da mesma série, com o título *Precedentes Judiciais*.

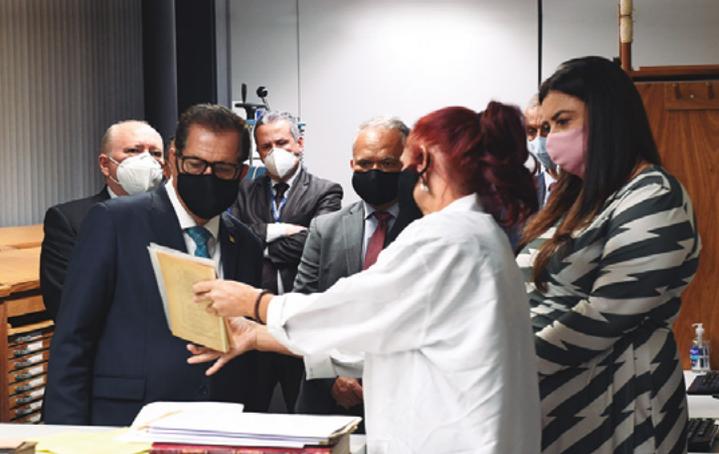
Gestão documental

A Coordenadoria de Gestão Documental (CGED) tem, entre suas atribuições, o

gerenciamento de uma inovadora ferramenta eletrônica de peticionamento e intimação, que facilita a comunicação de pessoas físicas e jurídicas com o STJ. Houve o ingresso de **16.037 documentos administrativos por meio eletrônico**, volume que representa cerca de 850 caixas-arquivo de papel.

Outra competência da CGED é a gestão do acervo histórico da corte, em especial, por meio do *Arquivo.Cidadão*, plataforma *on-line* que permite o acesso do público aos documentos integrantes do arquivo histórico do tribunal. No primeiro ano do biênio 2020-2022, foram recebidas em torno de **85.000 visitas virtuais** – 4 mil a mais do que no período anterior.

A CGED também está à frente de novos projetos em andamento, como o desenvolvimento



Presidente do STJ confere trabalho de restauração do acervo documental da corte realizado pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (Lacor)

da Política de Preservação Digital do STJ e a elaboração da versão 4.0 do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Projetos sociais

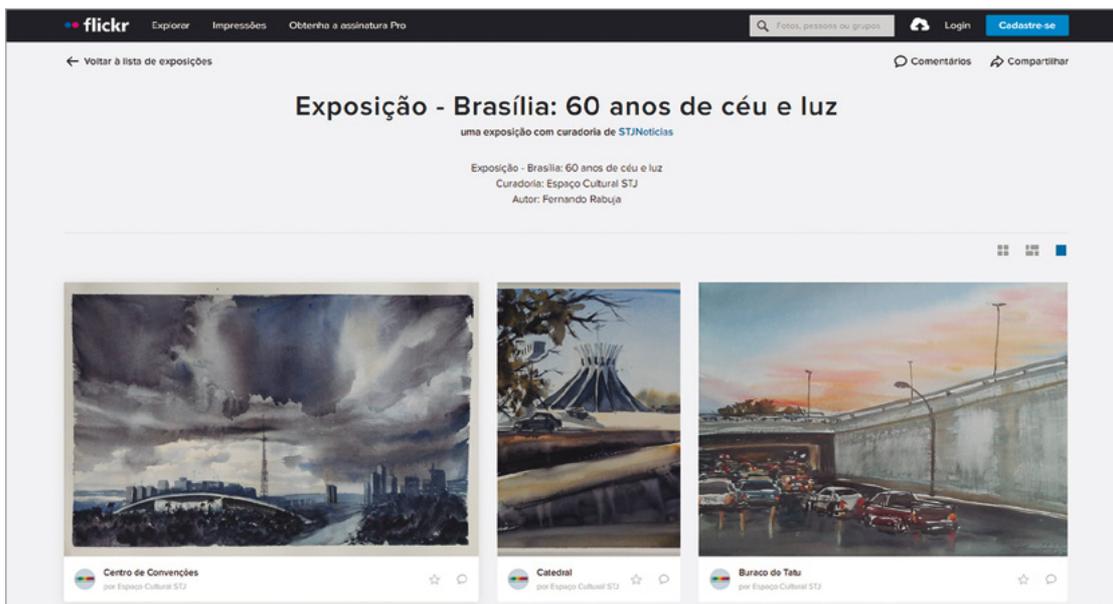
A Coordenadoria de Memória e Cultura (CULT) é responsável por programas e ações educativas, culturais e sociais, consolidando a vocação do STJ como Tribunal da Cidadania. Diante das restrições impostas

pela pandemia, os projetos socioeducativos realizados há 20 anos estão sendo retomados a partir de interações remotas na plataforma Zoom.

Outra iniciativa que migrou para o mundo virtual foram as exposições artísticas do Espaço Cultural STJ, que já abrigou em seu ambiente físico mais de 170 mostras com obras de artistas de diversas partes do Brasil e do exterior. A CULT vem disponibilizando as exposições do Espaço Cultural no site de compartilhamento de imagens Flickr.

A CULT também atuou para conferir maior visibilidade à coleção artística pertencente à corte, que passou a ser divulgada pelo recém-lançado periódico mensal virtual *Arte no Tribunal*. O acervo de obras de arte do STJ conta com centenas de peças de renomados autores nacionais e estrangeiros. ■

A primeira exposição virtual do Espaço Cultural STJ foi a mostra *Brasília, 60 Anos de Céu e Luz!*, disponível no perfil do tribunal na rede social Flickr



BIBLIOTECA EM NÚMEROS

Fonte: Secretaria de Documentação (SED)

98,8%

Índice de satisfação
dos usuários
externos

11.010

Atendimentos

25.112

E-books
disponibilizados

12.252

Fascículos de periódicos
disponíveis na Estante
Virtual de Periódicos

1.998

Novos títulos de
livros para o acervo

UNIÃO ENTRE PODERES

PEC da Relevância e comissões de juristas são fruto da aproximação institucional com o Congresso

O diálogo republicano entre as instituições democráticas é um dos eixos programáticos da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, que defendem a união dos poderes da República para a consolidação da cidadania brasileira e a superação da pandemia da Covid-19. No primeiro ano do biênio 2020-2022, a Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) teve como destaque a sua participação na articulação política em busca da aprovação da

chamada **PEC da Relevância** – a Proposta de Emenda Constitucional 10/2017.

Com o objetivo de fazer avançar a discussão em torno do texto, a ASP atuou para promover um encontro entre o presidente do tribunal, ministro Humberto Martins, e o então relator da proposta, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) – atual presidente do Senado Federal. A reunião contou com a presença do presidente do Comitê de Assuntos Legislativos da corte superior,

Reunião sobre a PEC da Relevância no gabinete da Presidência. Da direita para a esquerda: o senador Rodrigo Pacheco, os ministros Humberto Martins e Mauro Campbell Marques, e o ex-presidente da OAB Marcus Vinicius Furtado Coêlho





Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Da direita para a esquerda: o ministro Humberto Martins, o deputado Rodrigo Maia, o senador Davi Alcolumbre e os ministros Dias Toffoli (STF) e Villas Bôas Cueva na entrega do anteprojeto sobre regime de custas no Judiciário

ministro Mauro Campbell Marques, e do ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

A PEC 10/2017 cria um filtro de relevância para a admissão de recursos especiais. Para a atual gestão, a PEC da Relevância é fundamental para o tribunal se dedicar ao julgamento de temas de maior importância jurídica, cumprindo a sua missão constitucional de uniformizar a interpretação da lei federal. Aprovada na Câmara dos Deputados após amplo esforço institucional do STJ e do então vice-presidente da corte, Humberto Martins, a proposta tramita no Senado desde 2017.

Outra proposição legislativa encaminhada ao Congresso Nacional foi o anteprojeto de lei complementar que estabelece

normas para a cobrança de custas dos serviços forenses na União, nos estados e no Distrito Federal, além de disciplinar o controle de sua arrecadação.

O presidente do STJ e o ministro Villas Bôas Cueva participaram pessoalmente da entrega do texto em solenidade no Congresso, no mês inaugural da presente gestão. A proposta – que começou a tramitar pela Câmara – foi elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com base nos estudos de um grupo de trabalho coordenado pelo ministro Cueva.

Comissões de juristas

De acordo com a assessora-chefe de Assuntos Parlamentares, Helga Ferraz Jucá, outra frente de atuação da ASP foi o monitoramento das comissões de juristas criadas pela Câmara que possuem ministros do STJ entre seus integrantes.

Em novembro de 2020, a comissão responsável pela elaboração de proposta sobre o **tratamento de dados pessoais para fins de segurança pública, defesa nacional e atividades de investigação** entregou anteprojeto de lei ao então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O colegiado foi presidido pelo ministro Nefi Cordeiro (hoje aposentado) e teve como vice-presidente o ministro Antonio Saldanha Palheiro.

No mês seguinte, foi criada uma comissão de juristas para avaliar e sugerir propostas de aperfeiçoamento das **leis de combate ao racismo estrutural e institucional** no Brasil. Presidido pelo ministro Benedito Gonçalves, o colegiado foi instalado em meio à

comoção nacional causada pelo assassinato de João Alberto Silveira Freitas, cliente negro espancado até a morte por seguranças de um supermercado em Porto Alegre.

A ASP acompanhou ainda a comissão de juristas instituída em setembro do ano passado para formular anteprojeto de **reforma da legislação sobre lavagem de dinheiro**. O colegiado era presidido pelo ministro Reynaldo Soares da Fonseca e tinha, entre seus membros, os ministros Antonio Saldanha Palheiro e Joel Ilan Paciornik. Diante do agravamento da pandemia e das dificuldades atinentes à discussão da matéria, a comissão foi extinta em maio, sendo convertida em grupo autônomo de estudos. ■

Ministro Benedito Gonçalves preside a comissão de juristas da Câmara contra o racismo: "O racismo está cristalizado na cultura do povo de um modo que, muitas vezes, nem parece racismo", afirmou, na instalação do colegiado



PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E COMISSÕES COM ATUAÇÃO DO STJ

Dados consolidados em 18/6/2021
Fonte: Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP)

1

Proposta de Emenda
à Constituição
discutida

PEC da Relevância

1

Anteprojeto de Lei
Complementar
apresentado

Regulamentação das custas judiciais

8

proposições legislativas
de autoria do tribunal
em tramitação

4

Comissões de Juristas
com a participação
de ministros da
corte superior

AGENDA MOVIMENTADA, COM SEGURANÇA

Equipe de cerimonial organiza rotina intensa de eventos virtuais e prepara software para modernizar gerenciamento de atividades



Culto ecumênico do STJ e do CJF – 14/12/2020

A atual gestão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a promoção e a participação em eventos institucionais contribuem para estreitar os laços entre a corte e as demais instituições democráticas em prol do fortalecimento da cidadania brasileira.

Em meio à pandemia da Covid-19, o principal desafio enfrentado pela Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR) consistiu em garantir a segurança sanitária na realização de eventos e no comparecimento do presidente do STJ, ministro Humberto Martins, a agendas institucionais externas.

EVENTOS EM DESTAQUE

Fonte: Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR)

21/9/2020

Webinário sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Judiciário

Promovido pelo STJ e pelo CJF, o seminário virtual debateu a aplicação da LGPD no Judiciário brasileiro. Além do presidente do tribunal, ministro Humberto Martins, participaram do evento a ministra Maria Thereza de Assis Moura e os ministros Og Fernandes, Benedito Gonçalves, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti e Villas Bôas Cueva

1/2/2021

Abertura do ano judiciário no STJ

Durante a sessão que marcou o início do ano judiciário na corte, o presidente do STJ, ministro Humberto Martins, declarou que, além das metas de produtividade, o tribunal empenha esforços para garantir voz a todos que se relacionam com a instituição – os demais poderes da República, a OAB, o Ministério Público, os órgãos de representação de classe e os cidadãos

20/10/2020

2ª edição do seminário Trajetórias e Desafios das Mulheres no Judiciário

Além de histórias sobre superação feminina na Justiça brasileira, o evento *on-line* realizado pelo STJ foi marcado pelas iniciativas do presidente do tribunal, ministro Humberto Martins, de firmar a adesão da corte ao Protocolo HeForShe (ONU Mulheres) e de relançar o *Programa Equilibra STJ*

23/4/2021

Roda de Conversa sobre o ODS 12: Consumo e produção responsáveis – Compras públicas sustentáveis

Organizado pelo STJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o evento virtual abordou os desafios da inserção de critérios de sustentabilidade nas compras realizadas por órgãos e entes públicos

Ao longo do primeiro ano do biênio 2020-2022, os eventos *on-line* externos fizeram parte da rotina do ministro presidente, que esteve presente em webinários, reuniões via plataformas digitais e solenidades virtuais diversas, inclusive para a assinatura de acordos de cooperação.

Por meio da ACR, a corte também organizou os próprios eventos – remotos ou híbridos – sobre os temas mais atuais no contexto do mundo jurídico e da sociedade em geral. Entre os destaques nessa área, figura o seminário internacional *Diálogos pela Paz e Justiça*, que contou, entre outros, com a **participação de dois ganhadores do Prêmio Nobel da Paz**.

Para evitar a proliferação do novo coronavírus, foi prorrogada a interrupção dos tradicionais programas de visitação ao STJ, que estão suspensos desde março de 2020.

Modernização

Para os próximos meses, a ACR prevê uma série de eventos de grande porte no tribunal, com especial atenção às cerimônias de posse para o preenchimento das duas vagas de ministro em aberto no tribunal.

Alinhada à prioridade dada pela presente gestão à inovação administrativa e tecnológica, a ACR deve lançar um **novo software de gerenciamento de eventos**, ferramenta com a qual será possível manter um cadastro atualizado

CERIMONIAL PRESENTE

Dados consolidados em maio/2021

86

Audiências

68

Atividades e eventos
institucionais

17.312

Participantes inscritos
nos eventos produzidos
pela Assessoria de Cerimonial
e Relações Públicas

de autoridades e fazer a remessa digital de convites diretamente aos *e-mails* dos convidados. Outra vantagem será o acesso mais rápido e organizado às informações necessárias antes, durante e após a execução dos eventos.

“A expectativa é minimizar a ocorrência de erros humanos, acelerar as etapas da produção de um evento, aperfeiçoar o arquivamento de informações em meio virtual, facilitar o recebimento de *feedbacks* e reduzir os gastos com papel, tinta e remessas via Correios”, destaca a assessora-chefe da ACR, Aline Tavares Gurgel. ■

ESTREITANDO LAÇOS COM O MUNDO

Promoção global da paz e enfrentamento à criminalidade transnacional são destaques do STJ na cooperação jurídica internacional

Para além das instituições democráticas brasileiras, o diálogo e a cooperação institucional enfatizados pela gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi ultrapassam as fronteiras nacionais.

No primeiro ano do biênio 2020-2022, a Assessoria de Relações Internacionais (ARI) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desenvolveu ações de orientação estratégica da Presidência e dos ministros a fim de fortalecer a participação do tribunal

em organismos e eventos internacionais de caráter jurídico, apesar das barreiras impostas pela pandemia da Covid-19.

“O trabalho desenvolvido pela ARI não foi afetado. Mantivemos contato com as mais diversas missões diplomáticas estrangeiras sediadas no Brasil. Ademais, a corte superior marcou presença em relevantes encontros e reuniões internacionais virtuais”, destaca o assessor-chefe de Relações Internacionais, Alfredo Cesar Martinho Leoni.





Paulo Rosemberg/CJF

Ministro Humberto Martins (dir.) recebe o embaixador da Delegação da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez (esq.), para ampliar a cooperação do STJ e do CJF com o Programa El PACcto

Paz mundial

Mais do que a participação em agendas no exterior, o STJ possui tradição de excelência na promoção de eventos de alcance internacional. Por meio da ARI, o tribunal trouxe ao Brasil dois ganhadores do Nobel da Paz: o ex-presidente do Timor-Leste José Manuel Ramos-Horta e o indiano Kailash Satyarthi – vencedores do prêmio em 1996 e 2014, respectivamente.

Eles participaram do **seminário *Diálogos pela Paz e Justiça***, organizado pelo STJ em parceria com a Embaixada da Paz. Realizado em maio, o evento reuniu autoridades e especialistas – brasileiros e estrangeiros – com o objetivo de debater os caminhos para promover a paz e concretizar a justiça em nível mundial.

Entre os expositores, estiveram presentes o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, o ministro do STF Dias

Toffoli, o ministro do STJ Herman Benjamin e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes Corrêa.

Combate ao crime transnacional

Em outra frente, um dos destaques da presente gestão da ARI foi a sua atuação para estreitar o relacionamento da corte e do Conselho da Justiça Federal (CJF) com o **Programa de Assistência contra o Crime Transnacional Organizado da Europa para a América Latina** (El PACcto).

Para coordenar a aproximação institucional, o presidente do STJ e do CJF, ministro Humberto Martins, designou o ministro Sebastião Reis Júnior. Em setembro de 2020, o ministro Humberto Martins se reuniu, em Brasília, com o embaixador da Delegação da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, para formalizar a adesão do CJF ao El PACcto.

O Programa El PACcto é dividido em três eixos: apoiar o fortalecimento dos organismos policiais e de agências de *law enforcement*; intensificar a cooperação em matéria de ação penal; e promover a cooperação entre os países da América Latina, e entre esta e a União Europeia, com ênfase especial no combate ao crime organizado transnacional.

A ARI participou de sete eventos virtuais promovidos pelo EL PACcto desde agosto do ano passado. ■

PRINCIPAIS AGENDAS INTERNACIONAIS

Fonte: Assessoria de Relações Internacionais (ARI)

16/11/2020

Lançamento virtual do livro *Comentários à Convenção Americana de Direitos Humanos*

Coletânea de artigos coordenada pelo ministro João Otávio de Noronha e pelo professor Paulo Pinto de Albuquerque, ex-juiz da Corte Europeia de Direitos Humanos. A obra é a mais completa em língua portuguesa sobre o Pacto de São José da Costa Rica

11/12/2020

Assembleia Plenária da XX Cúpula Judicial Ibero-Americana (Primeira Fase)

De maneira inédita, a primeira fase da Assembleia Plenária foi realizada, por videoconferência, com a participação de todos os presidentes de tribunais e conselhos dos países membros

De 7 a 12/3/2021

14º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal em Quioto (Japão)

A delegação brasileira contou com a participação virtual do presidente do STJ, ministro Humberto Martins, e da ministra Maria Thereza de Assis Moura

1º e 2/6/2021

3º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o evento *on-line* teve por intenção discutir a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas no Judiciário em todo o mundo

STJ DE TODAS E DE TODOS

Gestão participativa e agregadora prioriza também as pessoas com deficiência

Desde a instalação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 1989, a preocupação com o acesso à Justiça evoluiu, passando da universalização do direito de acionar o Judiciário à compreensão de que o respeito à diversidade deve ser contemplado pelos tribunais em seus julgados e atos administrativos para a aplicação prática

das legislações que concernem à temática dos direitos humanos.

Entre os segmentos sociais prioritários para o Tribunal da Cidadania, estão as pessoas com deficiência. Neste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Comissão de Acessibilidade

ALGUMAS AÇÕES DA ACI NA ATUAL GESTÃO

Adaptação de espaços físicos

Atendimento de advogados com deficiência para sustentação oral

Cursos de audiodescrição para servidores



e Inclusão (ACI) empreendeu esforços, em múltiplas frentes, para minimizar e eliminar barreiras que comprometem o acolhimento das pessoas com deficiência.

De acordo com a coordenadora da unidade, Simone Pinheiro Machado de Souza, foram realizadas, no total, **15 ações estruturantes** ao longo do ano inicial da gestão para ampliar a participação de todos e de todas nas atividades da corte. Além da execução de obras para facilitar a locomoção e a comunicação das pessoas com deficiência, tanto nos ambientes físicos como nos virtuais, a ACI considera fundamental investir em ações de acessibilidade atitudinal.

Em setembro de 2020, a ACI – em parceria com o Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor) – passou a desenvolver o **Projeto Empatia**, destinado a fomentar o engajamento dos colaboradores do tribunal em favor das pessoas com deficiência.



Intérpretes de Libras presentes nas transmissões das sessões de julgamento e dos eventos institucionais do Tribunal da Cidadania

O objetivo é internalizar a acessibilidade e a inclusão na rotina diária do STJ, tanto nas relações de trabalho quanto no atendimento ao público. A estratégia de sensibilização do corpo funcional prevê concursos, palestras, oficinas e encontros a respeito da temática da pessoa com deficiência. ■

Presidente do STJ e a coordenadora da ACI, Simone Pinheiro Machado, participam do lançamento virtual do *Projeto Empatia*. Estiveram presentes outros ministros, como a presidente da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão, ministra Nancy Andrighi





EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

A sociedade clama por um Judiciário mais eficiente, econômico e atento às mudanças do século XXI. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), sempre na vanguarda, investe na busca de soluções inteligentes para agilizar a prestação jurisdicional e poder investir ainda mais na qualidade dos precedentes, além de promover a participação de todos e todas na construção de um tribunal moderno e sustentável.

CADA VEZ MAIS DIGITAL (E SEGURO)

STJ amplia investimentos em segurança da informação e na evolução constante dos sistemas tecnológicos

No decorrer da mais grave pandemia do século, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi no Superior Tribunal de Justiça (STJ) enfrentou uma inesperada crise adicional durante seu primeiro ano. Em 3 de novembro de 2020, a corte foi alvo da pior invasão cibernética já empreendida contra uma instituição pública brasileira.

Via criptografia, ficaram inacessíveis desde telefones e contas de e-mail funcionais até a base de processos eletrônicos. Nas primeiras 26 horas após o ataque *hacker*, a rede de informática não pôde ser manipulada, a fim de preservar as provas do ato criminoso. No entanto, **o tribunal não se intimidou**, graças à atuação decisiva da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), com o apoio de empresas contratadas e dos seguintes órgãos públicos: o Comando de Defesa Cibernética do Exército brasileiro, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

No período de uma semana, houve a recuperação do acesso aos dados referentes a documentos e processos judiciais, e foram restaurados os principais sistemas virtuais do STJ, o que permitiu a retomada dos julgamentos.

Novos produtos e serviços

Na sequência do enfrentamento bem-sucedido ao ataque cibernético, a atual gestão da STI vem desenvolvendo novos produtos e serviços voltados para a segurança da informação. O tribunal criou a **Coordenação de Segurança da Informação e Defesa Cibernética**, setor dedicado à proteção do seu ambiente tecnológico. Também foram revisadas políticas e protocolos de segurança e, ainda, houve a implementação de ações de capacitação do seu corpo técnico. No campo interinstitucional, destaca-se a participação do STJ como membro do Comitê de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, grupo instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“A STI tem investido em segurança e soluções tecnológicas de última geração, adequadas para o momento de contingência que atualmente vivemos. Assim, fortalecemos não só o tribunal, mas colaboramos com a segurança da informação no Poder Judiciário como um todo”, destaca o secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Rodrigo Almeida de Carvalho.

Em outra frente, a unidade priorizou o processo de adequação da corte à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As principais entregas da STI ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais foram: a elaboração de um plano com as medidas necessárias para a internalização das normas pelo tribunal; a definição dos metadados a serem informados pelas unidades e a validação do sistema para o inventário de dados pessoais; e o estabelecimento de requisitos para

contratação de soluções em TI para suporte às atividades de alinhamento à LGPD.

Adaptação à pandemia

No fim de 2020, a **reestruturação da STI** permitiu a criação de novas unidades que atendessem aos macroprocessos de TI exigidos pela Resolução CNJ 211/2015. A Resolução STJ/GP 5/2021 trouxe a implementação da nova estrutura, com a Coordenadoria de Apoio à Governança e Gestão de TIC e a Coordenadoria de Segurança da Informação e Defesa Cibernética – o que permitiu que a equipe de Governança de TIC ampliasse suas atividades e tivesse maior visibilidade junto às outras unidades do tribunal.

No primeiro ano do biênio 2020-2022, as principais realizações da Coordenadoria de Relacionamento (Core) – área da STI que responde pelas atividades de suporte

Segurança com conscientização: a STI e a Secretaria de Comunicação Social (SCO) lançaram a série *STJ+Seguro*, com dicas quinzenais sobre a proteção de dados pessoais na internet



técnico em informática – envolveram a adaptação dos serviços de atendimento à realidade da pandemia da Covid-19, o que exigiu a criação da central de atendimento remota em *home office*.

A STI deu apoio à implantação e ao acompanhamento da **modalidade híbrida – videoconferência/presencial – das sessões de julgamento** e na sua transmissão ao vivo com suporte aos magistrados e coordenadores, além de reorganizar os serviços para dar suporte às atividades audiovisuais remotas.

Agilidade crescente

Para promover uma uniformização dos procedimentos de telecomunicações e de



Sala da Seção de Áudio e Vídeo (SAVID) para o monitoramento das sessões de julgamento

integração dos processos no tribunal, o STJ investiu na contratação da rede Infovia-JUD, aprimorou processos de trabalho, migrando e modernizando o serviço de atendimento ao usuário e habilitou a central telefônica do tribunal na aplicação Microsoft Teams, entre outras importantes ações.

Responsável pelo desenvolvimento de soluções de *software*, a STI também priorizou, no primeiro ano da atual gestão, uma **mudança de paradigma tecnológico** para que a interação entre as equipes de desenvolvimento permitisse a utilização de práticas e técnicas ágeis no processo de desenvolvimento das soluções, de forma que os produtos fossem entregues mais rapidamente e alinhados com as expectativas dos clientes.

A adoção das novas práticas permitiu a entrega de melhorias em sistemas, como Gabinete Web e Novos Fluxos para Cartas Rogatórias, além de aperfeiçoamentos na indexação e numeração de processos no Sistema Justiça. ■

ATENDIMENTOS

47.304 chamados para atendimento

41.959 ligações recebidas

97,6% de índice de satisfação do cliente interno

95,4% de índice de satisfação do cliente externo

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

2021: R\$ 7 milhões

2022: previsão de R\$ 4 milhões

Mais de **18 projetos** multidisciplinares já iniciados

Mais de **50 profissionais** capacitados neste ano

Dados consolidados em 15/6/2021

OBRAS AVANÇAM NA PANDEMIA

Cronograma acelerado conta com novas ações de planejamento e transparência



A revitalização das fachadas de concreto aparente dos prédios da sede do STJ abrangeu uma área de cerca de 17 mil m²

Em meio à pandemia da Covid-19, a redução do fluxo de pessoas nas dependências do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitiu à gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi intensificar o cronograma de reformas e serviços de engenharia para a melhoria das instalações

físicas oferecidas aos públicos interno e externo da corte.

A Secretaria de Administração (SAD) concluiu obras de **acessibilidade** arquitetônica para garantir a ampla locomoção de pessoas com deficiência nos espaços do STJ,

por meio da adaptação de calçadas, rampas e catracas nas guaritas. Outra reforma de destaque no primeiro ano do biênio 2020-2022 ocorreu no **Espaço do Advogado**, para harmonizar suas instalações com os padrões estéticos do restante do tribunal.

As intervenções realizadas pela SAD no período buscaram também aperfeiçoar as condições de trabalho nas sessões de julgamento. Diante da modernização dos sistemas de áudio e vídeo dos órgãos julgadores, com base nos padrões do Sistema Brasileiro de TV Digital, e da incorporação de novos equipamentos, o segundo semestre de 2020 foi marcado pela **revitalização** dos ambientes físicos do Pleno, da Corte Especial, das seções, das turmas e das salas de audiência por videoconferência. Todos os espaços de julgamento ganharam telão e painel de madeira em pau-marfim.

A SAD se dedicou, ainda, à execução das obras das **novas instalações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados** (Enfam). A atual gestão empreendeu esforços para formalizar a cessão de uso do primeiro andar do prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF), a fim de abrigar o novo espaço da Enfam – de forma gratuita e com ressarcimento de despesas. O ambiente vem passando por uma série de adequações e aquisições para acomodar auditório e salas de aula, de reunião e de diversas outras atividades.

Neste primeiro ano da gestão, também foram realizadas obras que proporcionaram melhores condições de trabalho às equipes de apoio, como motoristas e seguranças, que tiveram suas salas reformadas.



Para 2021, foram previstas 280 contratações e aquisições, cujo acompanhamento sobre a expectativa de execução, de revisão de demandas e possíveis cancelamentos é realizado bimestralmente

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO,
SECRETÁRIO DA SAD



Planejamento e transparência

Pela primeira vez em sua história, o STJ passou a dispor de um **plano de obras**, em atendimento à Resolução 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Portaria STJ 559/2012. O documento foi aprovado em sessão do Pleno no dia 10 de dezembro de 2020. Entre as iniciativas previstas e em andamento, estão as obras de transferência do arquivo documental e de acessibilidade do restaurante.

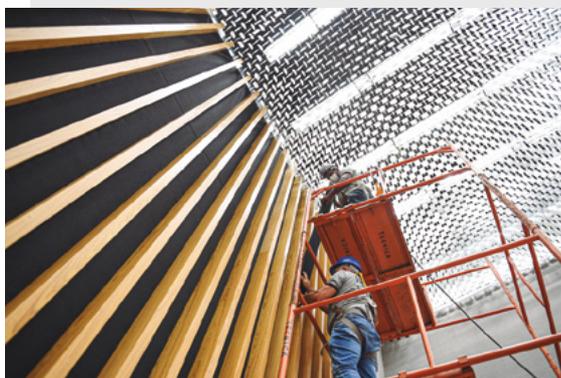
“O *Plano de Obras 2021* é o instrumento de governança que apresenta as obras e os

serviços de engenharia priorizados e com seus custos estimados, auxiliando a alocação de recursos na proposta orçamentária anual”, explica o secretário de Administração, Luiz Antonio de Souza Cordeiro.

Ao lado do planejamento, a gestão do ministro Humberto Martins tem como uma

de suas prioridades a transparência ativa. Como resultado, a SAD ampliou a oferta de informações no **Portal da Transparência** da corte. Desde então, qualquer cidadão tem acesso a dados sobre os custos da instituição – como obras e passagens aéreas –, além de poder acompanhar com mais detalhes a tramitação de processos licitatórios. ■

DEZ AÇÕES DE MELHORIA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO STJ



Revitalização das salas dos órgãos julgadores



Reforma do Espaço do Advogado



Catracas mais modernas nas guaritas



Novas instalações para colaboradores

E mais:

- ✓ *Manutenção das fachadas com tratamento do concreto aparente*
- ✓ *Reforma na Enfam*
- ✓ *Reestruturação espacial do prédio da Administração*
- ✓ *Obra na oficina mecânica*
- ✓ *Reforma no setor de odontologia*
- ✓ *Manutenção nos edifícios da sede do tribunal*

ADMINISTRAÇÃO DE RESULTADOS

Dados consolidados em 10/6/2021

Fonte: Secretaria de Administração (SAD)

96,96%
Índice de satisfação
dos usuários

268
Contratações
realizadas

238
Contratos, ajustes
e instrumentos
firmados

22.751
Atendimentos
concluídos de serviços
gerais, patrimoniais e
de engenharia

798
Bens doados

NOVAS REGRAS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Adaptação à sistemática do TCU exigiu esforço de toda a equipe

A edição de novos normativos teve destaque entre as realizações da Secretaria de Auditoria Interna (AUD) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao longo do primeiro ano da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. No período, foram publicados o ***Estatuto de Auditoria Interna*** e o ***Código de Conduta Ética dos Auditores Internos***.

“Cabe registrar o avanço na consolidação de normativos da AUD que atendem à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o estabelecimento de princípios, conceitos e requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna”, aponta o secretário de Auditoria Interna, Ivo Mützenberg.



Três auditorias concluídas e oito em andamento

Uma prestação de contas

20 monitoramentos concluídos e cinco em andamento

Análise de 159 atos, entre os quais nomeações e aposentadorias

Dados consolidados em 25/6/2021

A AUD concluiu também a elaboração da política de capacitação dos servidores da unidade e revisou o manual do programa de avaliação de qualidade do setor. No campo das ações de qualificação profissional, a Auditoria Interna registrou um total de **1.455 horas** dedicadas a cursos oferecidos em temas como auditoria, desenvolvimento gerencial e comportamental, e tecnologia da informação.

Parte desse esforço da AUD se deve à nova modalidade de prestação de contas estabelecida pela **Instrução Normativa 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU)**, bem como à adoção do modelo de capacidade de IA-CM (*Internal Audit – Capability Model*), desenvolvido pela Fundação de Auditoria Interna do IIA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil). Ambas as novidades exigiram a readaptação de toda a equipe.

Apoio constante

Entre as auditorias concluídas e em andamento no biênio em curso, **o setor iniciou a análise da gestão da frota de veículos** e verificou a conformidade dos cálculos referentes ao regime de previdência complementar, além de trabalhar na prestação anual de contas da corte.

A AUD realiza ações independentes de avaliação e de consultoria no que concerne à atuação das unidades administrativas do STJ e aos seus processos de trabalho.

Outra atividade é o auxílio à alta administração e ao Conselho de Administração na

AÇÕES DE CONTROLE DESENVOLVIDAS

Auditoria

Oportunidade de recomendar melhorias na eficiência do objeto avaliado

Auditoria nas contas anuais

Avaliação dos resultados da governança e da gestão do tribunal em um exercício financeiro

Análise mandatória

Avaliação de atos e processos administrativos sujeitos a registro no TCU

Monitoramento

Acompanhamento da implementação das recomendações da AUD em auditorias anteriores

Consultoria

Aconselhamento à alta administração

identificação, prevenção e no tratamento de riscos, de modo a incentivar melhorias na eficiência do sistema de governança institucional e dos procedimentos de gestão.

A AUD, vinculada à Presidência, divide-se em quatro coordenadorias, que, por sua vez, subdividem-se em duas seções especializadas, cada uma. ■



DE OLHO NO FUTURO

Com metas claras e bem definidas, planejamento estratégico orienta o tribunal rumo à excelência

Não há margem para improviso na administração de uma corte da dimensão e relevância do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Logo no primeiro mês após assumirem a direção da instituição, os ministros Humberto Martins e Jorge Mussi priorizaram a formulação de um plano para todo o período do mandato.

Convocada para essa missão, a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) integrou a equipe

Ministros Humberto Martins (dir.) e Jorge Mussi (esq.): planejamento de mãos dadas



responsável por elaborar o **plano de gestão** para o biênio 2020-2022, em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O plano visou um modelo de administração participativa e agregadora, com prioridades distribuídas em três grandes frentes: governança, tecnologia e inteligência artificial, e comunicação com a sociedade. Das **45 iniciativas estratégicas** propostas, duas já estão concluídas e outras duas foram canceladas. O restante se encontra **em pleno andamento**.

Outra realização do período foi o **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, elaborado com a participação de todo o tribunal, utilizando questionários, reuniões setoriais e entrevistas, envolvendo os magistrados e também servidores de áreas diversas. Foram **definidos 10 objetivos** cujo alcance é fundamental para o cumprimento da missão e da visão de futuro do Tribunal da Cidadania, **além de 39 indicadores** para mensurar o desempenho estratégico da organização.



Ministros Luis Felipe Salomão, Humberto Martins e Jorge Mussi participam de videoconferência com a FGV e outros ministros do STJ para a assinatura do acordo do plano de gestão do biênio em curso

Um portfólio com todas essas estratégias pode ser visualizado em painel de BI (*Business Intelligence*) disponível na intranet e no Portal da Transparência do STJ, no qual os resultados são apresentados para toda a sociedade de maneira simplificada.

Pioneirismo na gestão

O STJ foi uma das 22 organizações – entre mais de 500 órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta – con-

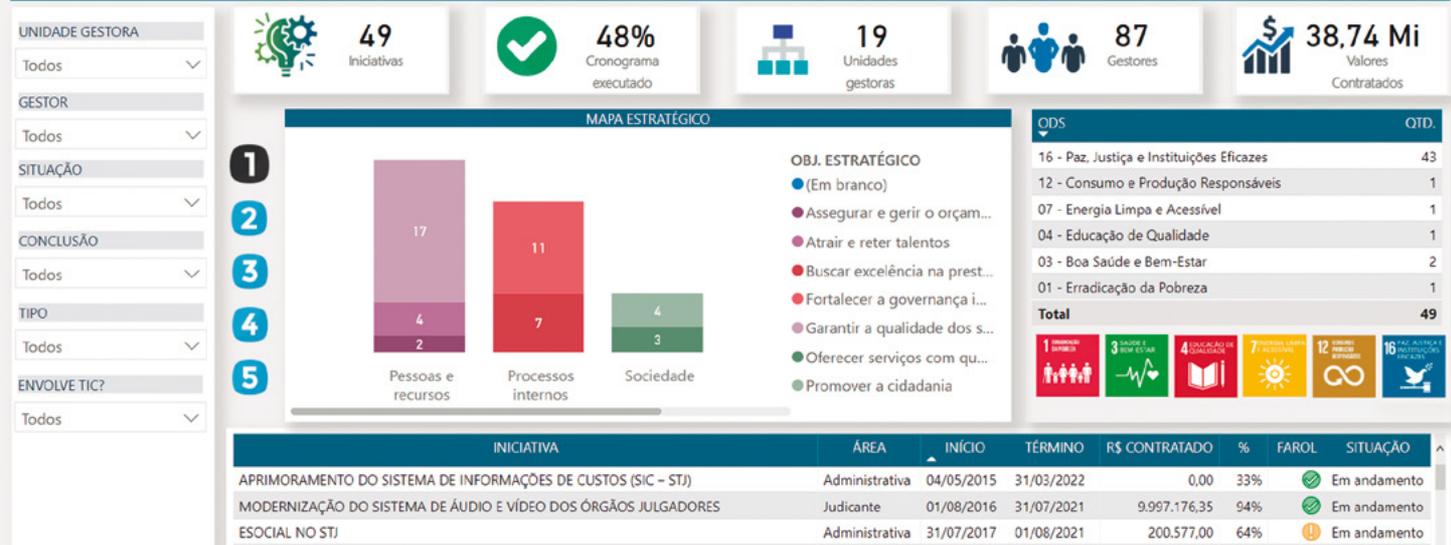
vidadas a testar antecipadamente o sistema **e-Governança** do Tribunal de Contas da União (TCU), utilizado para mensurar o Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG).

“Foi observado um bom desempenho geral do STJ no período, com o resultado indicando um nível aprimorado de governança institucional, ou seja, o tribunal adota **mais de 70% das práticas** recomendadas”, observa o secretário de Gestão Estratégica, Montgomery Wellington Muniz.



Outras novidades neste primeiro ano de gestão foram as iniciativas desenvolvidas para a implementação da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** e para a disponibilização de novos dados relacionados à atividade jurisdicional da corte em formato aberto, no âmbito dos **Dados Abertos**.

Para se adaptar à LGPD, a SGE coordenou um grupo de trabalho que fez o Inventário



Disponível para consulta pública, portfólio estratégico do STJ envolve 49 iniciativas, 87 gestores, 19 unidades administrativas e seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

de Dados Pessoais e criou o Portal da Privacidade no site do STJ, com detalhes sobre as novas regras legais. Para isso, promoveu um curso básico sobre proteção de dados e orientou a elaboração de planos de ação específicos para adequação à LGPD das seis unidades mais impactadas.

Novas formas de trabalho

Com a experiência gerada desde o início da pandemia da Covid-19, a SGE desenvolveu análises sobre a viabilidade do regime de teletrabalho para diferentes setores do tribunal – o que pode dar mais flexibilidade a gestores e servidores, sem perda de produtividade.

Foram analisadas mais de **70 demandas** de adoção de teletrabalho e prestadas mais de **30 consultorias** às unidades, para apoio técnico na elaboração do planejamento de suas metas de teletrabalho. ■

GESTÃO DE RISCOS



de 17/3/2020 a 10/5/2021



Monitoramento de

292
contratações

Contratações envolvendo

R\$ 161
milhões

referentes
ao **Planejamento das Contratações e Aquisições de 2020**
(PCAq/2020)



Recomendações feitas para **cada unidade** com o objetivo de garantir a **adequação dos procedimentos**



ANTES DE TUDO, UM TRIBUNAL FEITO DE PESSOAS

Servidores acolhidos e satisfeitos dão o melhor retorno à sociedade

Em 27 de agosto de 2020, os ministros Humberto Martins e Jorge Mussi assumiram a direção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o compromisso de incluir todos os ministros e, também, os servidores e demais colaboradores em um novo modelo de gestão participativa e agregadora.

Uma das principais realizações da atual administração da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) para promover a valorização do corpo funcional é o **Programa Orgulho STJ**, instituído em outubro de 2020. O objetivo é reconhecer a dedicação dos servidores. Desde o seu lançamento, o *Orgulho STJ* agraciou 738 servidores – 525 com diplomas, 211 com medalhas e dois com placas de condecoração.

A secretaria também promoveu a **troca de experiências** exitosas entre os servidores de diferentes setores do tribunal, por meio do **Projeto Fika com a SGP**. Além dessas novidades, a SGP aprimorou iniciativas tradicionais, como o **Programa**

Valoriza STJ, que concede incentivos aos servidores que contribuem de modo especial para o alcance dos objetivos estratégicos da corte.



Com mais de 30 anos de STJ, servidora aposentada Miriam de Fátima Medeiros é homenageada pelo presidente do tribunal

A SGP promove ainda o **STJ Tour**, destinado a fazer com que o servidor conheça melhor a estrutura do tribunal, aprendendo sobre o funcionamento de setores diferentes daquele em que atua. Já foram realizadas três edições do programa – a última de forma virtual, por causa da pandemia.

Mais produtividade

O STJ implementou o regime de **teletrabalho para aumentar a produtividade**, racionalizar o consumo de recursos e melhorar a qualidade de vida dos servidores. No ano inicial da atual gestão, essa modalidade de trabalho teve uma ampliação de 15,89% no número de servidores.

Até agosto de 2020, 302 servidores de diversas unidades administrativas e dos gabinetes de ministros estavam autorizados a realizar suas atividades em sistema de *home office*. Até o primeiro semestre de 2021, outros 48 servidores ingressaram no mesmo regime.

Em relação aos servidores que desenvolvem suas atividades de forma presencial nas unidades vinculadas à Presidência e à Secretaria do tribunal, de julho de 2020 a março de 2021, **o incremento de produtividade daqueles que estão em regime de teletrabalho foi, em média, de 38%**.

“Em meio a tantos desafios trazidos pela pandemia da Covid-19, temos investido e incentivado o uso de tecnologias e o gerenciamento virtual de equipes pensando sempre na valorização e no bem-estar do servidor”, assinala a secretária de Gestão de Pessoas, Solange da Costa Rossi.

O período foi marcado, ainda, pela **nomeação de 85 novos servidores** – entre 27 de agosto de 2020 e 1º de junho de 2021 – para recompor a força de trabalho.

Os estagiários, que têm no tribunal uma importante oportunidade de aprendizagem, também prestam uma relevante contribuição para a eficiência das tarefas administrativas e jurisdicionais. De um total de 257 estagiários em atividade no STJ, a maioria – 63% – é formada por estudantes de direito. Os outros cursos que mais possuem estudantes na corte são administração, biblioteconomia, comunicação social e letras. ■

Perfil de servidores e servidoras nomeados:
52 analistas e 33 técnicos



ATUALIZAÇÕES NORMATIVAS

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

Alteração de normas internas

Licença para capacitação
Auxílio-natalidade
Primeira lotação de servidores no STJ
Teletrabalho

Novos entendimentos administrativos

Adiamento do início da licença-paternidade
por ocasião da internação do
recém-nascido em UTI

Concessão da licença-paternidade por período
idêntico ao da licença-maternidade, no caso de
óbito da mãe do recém-nascido

Escalas de plantão e sobreaviso
para ocupantes de função e
cargo em comissão

DISCIPLINA ORÇAMENTÁRIA

Tribunal cumpriu teto de gastos pelo quarto ano consecutivo



No primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) atingiu as metas de controle da despesa pública.

Pelo quarto ano seguido, a corte se manteve em 2020 dentro do chamado teto de gastos (Emenda Constitucional 95/2016), usando 94,16% da faixa orçamentária autorizada, com uma folga financeira de cerca de **R\$ 88 milhões**.

STJ TETO 2020

Limite

R\$ 1.517.813.015,00

R\$ 1.429.176.265,00

Pago

STJ LOA 2021

Orçamento total

R\$ 1.684.375.322,00

R\$ 1.356.255.094,00

Despesas obrigatórias

Para este ano, o teto constitucional para a aplicação de recursos em custeio e investimento no STJ foi corrigido em 2,13%, segundo o IPCA acumulado de julho/2019 a junho/2020.

No primeiro ano da atual gestão, a SOF emitiu 27.850 documentos, como empenhos, pagamento de precatórios e faturas médicas.

A unidade trabalhou com os gestores do tribunal para reduzir o número de pagamentos inscritos em restos a pagar para 2021,

esforço que deu resultado, pois o valor inscrito foi de R\$ 44,4 milhões – **o menor dos últimos cinco anos**, com redução de 32% sobre o ano anterior.

Outra ação importante da SOF foi a reformulação do *Projeto de Custos*, que visa apurar o custo das unidades do tribunal e



Com o objetivo de aprimorar a governança orçamentária e financeira, foram criados quatro indicadores internos que buscam retratar a gestão orçamentária e financeira no tribunal

FABIANA BITTES VEYL,
SECRETÁRIA DA SOF



oferecer condições para a elaboração de informações gerenciais que subsidiem os gestores na tomada de decisões.

Nova realidade

O ano de 2020 foi o primeiro sob as diretrizes do **Orçamento Impositivo**, em virtude da aprovação das Emendas Constitucionais 100 e 102, em 2019.

Por força desse princípio, a administração agora passa a ter a obrigação de executar as programações orçamentárias das despesas primárias discricionárias, com o intuito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

“Nesse contexto, o tribunal tem envidado esforços para cumprir essa responsabilidade, dentro dos padrões ditados na Lei de Diretrizes Orçamentárias”, afirma a secretária de Orçamento e Finanças, Fabiana Bittes Veyl. ■

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Novos indicadores internos

Evolução da despesa liquidada

Evolução do percentual da despesa liquidada em relação à aprovada

Evolução da relação entre a LOA aprovada e os limites de empenho e de pagamento

Evolução mensal dos pagamentos realizados em relação ao teto de gastos



SEGURANÇA BEM EQUIPADA

Coletes à prova de bala, câmera termográfica e frota reforçada para garantir a tranquilidade dos julgamentos

Reformas físicas, readequação de normas e reorganização das representações do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em São Paulo e no Rio de Janeiro foram as principais realizações da Secretaria de Segurança (SSE) neste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi.

Com a redução do fluxo de pessoas na sede do tribunal, em virtude da pandemia, a SSE aproveitou para **revitalizar** a sala dos agentes de segurança a serviço dos ministros, a sala dos motoristas e a área de manutenção de veículos.

As reformas proporcionam um ambiente de trabalho **mais confortável aos**

SSE EM AÇÃO

Dados consolidados em maio/2021

46 relatórios

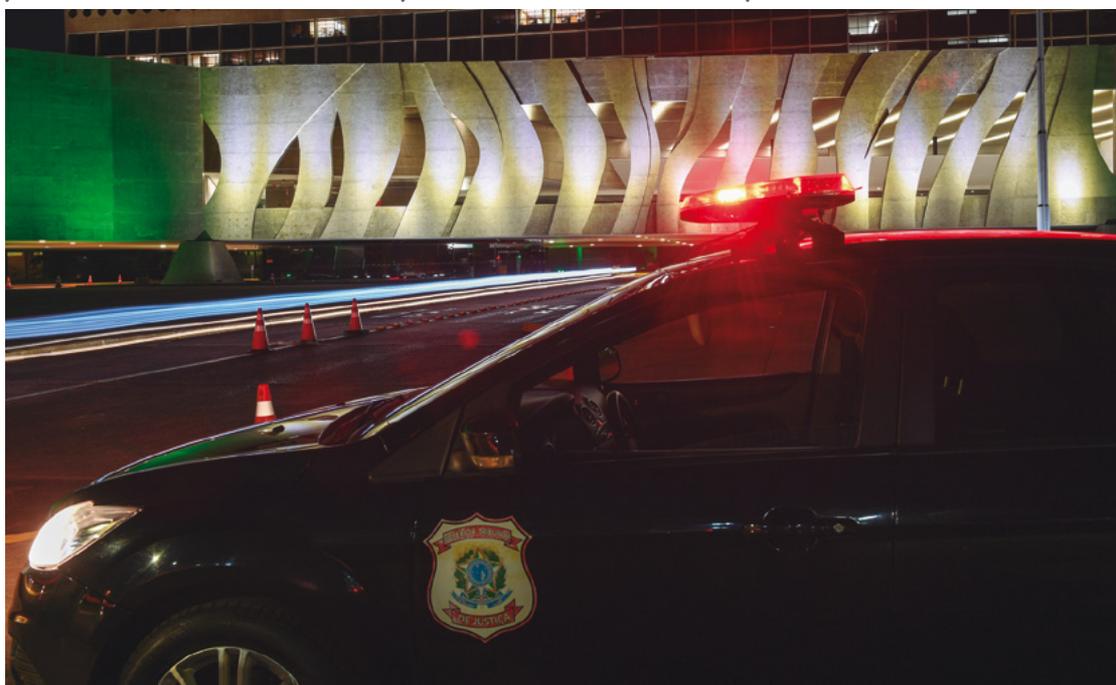
Ocorrências no tribunal

998 atendimentos

a ministros (SP e RJ)

389 acompanhamentos

Embarques e desembarques





profissionais e colaboram para otimizar o uso dos espaços da corte.

Outra ação desenvolvida – dessa vez, visando a integridade física dos agentes – foi a elaboração do processo de **aquisição de coletes à prova de bala**. Além disso, o tribunal comprou uma câmera termográfica para auxiliar na prevenção de ameaças.

Deslocamento mais seguro

No primeiro ano do biênio 2020-2022, com o objetivo de melhorar o atendimento a servidores e autoridades do STJ nos seus deslocamentos, foi elaborado projeto para a contratação de uma empresa especializada na condução de veículos oficiais, contemplando situações não abarcadas no contrato atual de transporte.

Essa contratação não vai gerar despesas com a compra de veículos, pois houve **reaproveitamento da frota atual**, inclusive de carros que estavam parados e prontos para doação a outros órgãos.

Quem circulou pelo STJ nos últimos meses pôde observar mudanças nas entradas,

com novas catracas eletrônicas, que reforçam o sistema de segurança. Além disso, a SSE trabalha no processo de compra de novas câmeras para o **sistema interno de imagens**, para que a sua equipe possa monitorar com mais eficiência todos os espaços do tribunal.

São Paulo e Rio de Janeiro

O trabalho de garantir a segurança e proporcionar condições adequadas de deslocamento para os ministros da corte e servidores não se dá apenas em Brasília. Nos últimos meses, as duas representações do STJ em outros estados ganharam reforços para melhor cumprir essa missão.

O escritório do Rio de Janeiro teve um **incremento no efetivo de segurança**, enquanto a representação em São Paulo **recebeu mais veículos** para melhorar o deslocamento dos magistrados e dos servidores em viagem de trabalho. Em relação aos ministros e juízes auxiliares que precisam sair de Brasília, a SSE também é responsável pela emissão das passagens aéreas, bem como por cuidar da remarcação, do ressarcimento e da reválidação dos bilhetes.

Merece destaque, ainda, a atuação da segurança na área de inteligência e contrainteligência. São os profissionais desse setor que agem na prevenção de ameaças, impedindo, por exemplo, a entrada de explosivos no tribunal ou a entrega de correspondências suspeitas. ■

ENFRENTANDO A PANDEMIA

Tribunal adotou ações de prevenção, acompanhamento e suporte psicológico

Em meio à pior crise sanitária mundial deste século, manter em dia o corpo e a mente – e o coração da força de trabalho – foi o principal desafio enfrentado pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante o primeiro ano da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi.

Como primeiro passo, a SIS elaborou um planejamento para orientar as ações de saúde na batalha contra o novo coronavírus. As coordenadas estão no **Plano de Segurança em Saúde para o Enfrentamento da Covid-19**.

Também foi criada a **Comissão de Operações de Emergência em Saúde**,

Em abril de 2021, a campanha de vacinação do STJ contra a gripe chegou à sua 23ª edição





O secretário da SIS, Bonfim Abrahão, e a coordenadora de assistência odontológica, Milena Tonissi, apresentam ao presidente do STJ as novas instalações dos consultórios odontológicos

para disponibilizar material educativo, monitorar a saúde física e mental dos servidores, catalogar os casos de Covid-19 confirmados na corte e estabelecer orientações sobre a retomada segura do trabalho presencial.

Um exemplo da importância do monitoramento feito pela SIS foi a decisão tomada pela Presidência do STJ, em março, de suspender a prestação presencial de serviços não essenciais, diante do aumento do número de casos da doença no período pós-Carnaval.

Após dois meses de medidas mais restritivas para evitar a disseminação da Covid-19, o STJ, levando em conta a evolução positiva dos dados epidemiológicos do Distrito Federal e as orientações da SIS, ampliou o trabalho presencial em sua sede.

Ações de saúde mental

Nos últimos meses, a SIS também desenvolveu ações de **rastreamento de infectados**, como parte de uma intervenção coletiva em saúde mental objetivando a adesão ao tratamento, o desenvolvimento da resiliência e a avaliação do sofrimento psicológico. Com o mesmo propósito, foram promovidas **Rodas de Conversa sobre Saúde Mental**.

A secretaria adotou a modalidade de teleatendimento para atuar na prevenção de doenças e promoção da educação para a saúde, sem abandonar o atendimento presencial nas situações em que fosse indispensável, como nas perícias.

Pró-Ser

“Os atendimentos na rede credenciada foram fundamentais para dar segurança à

saúde dos ministros e servidores. Nesse contexto, tem-se buscado oferecer serviços cada vez mais especializados e de qualidade para atender a demanda por saúde”, ressalta o secretário de Serviços Integrados de Saúde, Bonfim Abrahão Tobias.

No primeiro ano da atual gestão, foram feitos pelo Pró-Ser mais de **seis mil atendimentos presenciais**, nas cinco especialidades mais demandadas pelos segurados: ginecologia (1.644), psiquiatria (1.535), pediatria (1.270), endocrinologia (1.078) e clínica médica (799).

Educação e prevenção de doenças

Para os servidores do tribunal, as campanhas educativas têm sido uma grande fonte de informação e estímulo à mudança de

comportamento, com vistas à prevenção de doenças.

Entre as ações durante o último ano, teve destaque a campanha de vacinação contra a gripe, que imunizou cerca de **2.500 pessoas** – uma forma de preservar a saúde de ministros e servidores e evitar afastamentos motivados por doença.

A SIS também investiu fortemente no processo de educação em saúde, buscando criar uma cultura preventiva, de melhoria do clima organizacional e da produtividade, por meio de diversos projetos – entre eles, *Sempre é Tempo de Aprender*, *Cursos de Gestantes* e, mais recentemente, o *Projeto Consultório Aberto*, destinado a suprir demandas de informação e minimizar receios relacionados à saúde integral. ■

SIS lança dois livros dedicados à memória e ao trabalho da unidade que há mais de três décadas cuida da saúde de servidores e de ministros da corte



TRIBUNAL DO BEM-ESTAR

Dados consolidados em maio/2021
Fonte: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS)

20.008

Atendimentos

14.432 por teleatendimento

5.576 presenciais

2.587

Vacinados contra a
gripe *influenza* no STJ

26

Ações de saúde mental,
com 372 participações

12

Ações de educação
em saúde, com
216 participações

REFORÇO À TAREFA DE JULGAR

Aumento do quadro de juízes convocados amplia a produtividade dos gabinetes



A gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi considera que somente é possível avançar rumo à eficiência administrativa e jurisdicional se houver estrutura física e recursos humanos com padrão de excelência. No primeiro ano do biênio 2020-2022, a elevada demanda judicial nos

gabinetes dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi o principal desafio enfrentado pela Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados (ASM).

Com o objetivo de melhorar o desempenho da corte diante do grande volume de proces-

tos, a ASM gerenciou a convocação de juízes auxiliares para apoio aos ministros. Desde 1º de setembro de 2020, além da Presidência, **14 gabinetes passaram a contar com essa força de trabalho adicional.**

A medida, determinada pelo presidente do STJ, ministro Humberto Martins, conferiu integral cumprimento ao artigo 21-C do Regimento Interno, vigente desde 2016, segundo o qual os ministros podem indicar à Presidência a convocação de um magistrado vitalício, em caráter excepcional, quando houver justificado acúmulo de serviço.

Novo espaço

No primeiro mês da atual gestão, o ministro Humberto Martins entregou o novo espaço da ASM, localizado no oitavo andar do Edifício Ministros I, com mais conforto e melhores condições de acesso aos magistrados ativos e aposentados, e também aos servidores da unidade.

“O presidente do STJ mostrou-se prontamente sensível quanto à necessidade de encontrar um espaço adequado para o desempenho das nossas atribuições”, elogia a assessora-chefe para Assuntos Funcionais de Magistrados, Juliana de Paula Lima Pacheco.

Com a inauguração do novo ambiente, a ASM retomou o atendimento presencial, de segunda a sexta-feira, entre 8h30 e 19h – mediante o cumprimento de todos os protocolos de segurança sanitária, em razão da pandemia da Covid-19. ■



A nova sala da ASM, no Bloco D da sede do tribunal



UMA GESTÃO DE MÃOS DADAS

Comitês consultivos promovem a participação de todos os ministros na administração do STJ



Em 4/9/2020, o presidente do STJ comandou a sessão do Pleno que aprovou, por unanimidade, a criação dos comitês consultivos para colocar em prática a gestão participativa

A gestão participativa foi a primeira medida anunciada na posse dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi como presidente e vice, respectivamente, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o biênio 2020-2022. O objetivo é contar com a bagagem de todos os ministros na administração da corte.

“A experiência desses ministros na condução do STJ não será perdida; ao con-

trário, vamos utilizar os ensinamentos dos ministros que foram presidentes para aprimorar a gestão do tribunal”, afirma o ministro Humberto Martins.

Para ouvir os integrantes do tribunal, **foram criados seis comitês consultivos temporários** de caráter opinativo, por meio da Resolução STJ/GP 20/2020. Na semana seguinte à posse, o Pleno do STJ aprovou o ato normativo por unanimidade.

Conforme as novas regras, as reuniões ordinárias dos comitês consultivos ocorrem trimestralmente em datas pré-estabelecidas pelo respectivo coordenador. Cabe ao presidente da corte coordenar os trabalhos desenvolvidos nesses colegiados e, após receber suas sugestões, tomar a decisão em cada caso.

O suporte às atividades dos comitês compete à Assessoria dos Comitês Consultivos (ACC). Entre as suas atribuições, estão a organização da agenda de cada

comitê, o registro das reuniões e o encaminhamento das sugestões discutidas para a Presidência.

De acordo com a assessora-chefe dos Comitês Consultivos, Sulamita Avelino

Cardoso Marques, a unidade encerrou o primeiro ano do biênio em curso **cumprindo as metas definidas pelo Plano de Gestão 2020-2022**, desenvolvido em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV). ■

ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO



COMITÊ DE **GESTÃO**

Auxilia a Presidência em temas estratégicos, melhoria dos serviços, elaboração de normas internas, relações com outras instituições, prestação de contas e demais questões que lhe sejam submetidas pelo presidente.

Ministro Felix Fischer (coordenador)
Ministro Francisco Falcão
Ministra Nancy Andrighi
Ministra Laurita Vaz
Ministro João Otávio de Noronha



COMITÊ DE **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Colabora com a Presidência em assuntos relacionados a governança e gestão tecnológica.

Ministro Luis Felipe Salomão (coordenador)
Ministro Villas Bôas Cueva
Ministro Marco Aurélio Bellizze
Ministro Ribeiro Dantas
Ministro Joel Ilan Paciornik



COMITÊ DE **SAÚDE**

Opina sobre a gestão da assistência médica, odontológica e psicossocial para magistrados, servidores e seus dependentes; as ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, e outros assuntos relacionados ao tema.

Ministro Gurgel de Faria (coordenador)
Ministro Og Fernandes
Ministra Regina Helena Costa
Ministro Rogerio Schietti Cruz
Ministro Antonio Saldanha Palheiro



COMITÊ DE **ASSUNTOS LEGISLATIVOS**

Analisa projetos de lei que envolvam interesses do STJ e é consultado para a promoção de intercâmbio com o Congresso Nacional.

Ministro Mauro Campbell Marques (coordenador)
Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Ministra Isabel Gallotti
Ministro Sebastião Reis Júnior
Ministro Sérgio Kukina



COMITÊ DE **SEGURANÇA E TRANSPORTE**

Tem foco na segurança dos magistrados, do patrimônio e das pessoas que frequentam a sede do STJ; e na gestão de transporte e logística do tribunal e dos ministros.

Ministro Benedito Gonçalves (coordenador)
Ministro Raul Araújo
Ministro Antonio Carlos Ferreira
Desembargador Convocado Manoel de Oliveira Erhardt
Desembargador Convocado Olindo Herculano de Menezes



COMITÊ DE **ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Faz sugestões sobre a elaboração da proposta orçamentária da corte e o seu acompanhamento orçamentário e financeiro.

Ministra Assusete Magalhães (coordenadora)
Ministro Herman Benjamin
Ministro Marco Buzzi
Ministro Moura Ribeiro
Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

JUSTIÇA TAMBÉM NAS ATITUDES

Conscientização para manter e aprofundar o compromisso com a ética na administração pública

Ao lado da produtividade, o serviço público de qualidade se baseia no respeito a um patrimônio que pertence não à instituição e aos seus agentes, mas a toda a sociedade. Uma das bandeiras da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi pode ser traduzida no lema sempre repetido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “Somos meros inquilinos do poder, pois seus verdadeiros proprietários são o cidadão e a cidadã”.

Para disseminar a cultura da integridade, a atual administração da Assessoria de Ética e Disciplina (AED) vai além da sua função correcional, investindo em **ações de sensibilização** dos servidores e demais colaboradores da corte.

CORREIÇÃO E PREVENÇÃO

Resultados

Dados consolidados em 24/6/2021

12 procedimentos disciplinares

entre sindicâncias investigatórias ou punitivas, processos administrativos disciplinares e procedimentos de apuração de conduta ética

809 documentos recebidos

e verificados no curso de 447 processos instaurados para o acompanhamento de informações relativas ao exercício de cargo efetivo ou de confiança, exonerações e aposentadorias, entre outros

17.735 processos abertos

para analisar 22.836 documentos exigidos para o exercício de cargo por servidores efetivos ou sem vínculo

Humaniza STJ

Eventos em destaque

8/3/2021

*Talk Show O Poder é Delas:
Desafios e Realidades*

25/5/2021

*Roda de Conversa Violência Contra a
Criança: Como proteger nossos filhos*

“No STJ, prezamos pelo bem proceder, procurando agir com zelo e responsabilidade pessoal e coletiva no desempenho das nossas atividades. Apenas assim podemos favorecer o convívio harmônico e alcançar melhores resultados para o conjunto da sociedade, destinatária da nossa atuação profissional” – afirma o assessor-chefe de Ética e Disciplina, Alessandro Garcia Vieira.

Combater a discriminação

Em fevereiro de 2021, o tribunal regulamentou o *Programa de Gestão Institucional de Direitos Humanos*, o **Humaniza STJ**. O objetivo é implementar iniciativas para dar efetividade, no que couber, aos aspectos relacionados ao Calendário de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela Portaria CNJ 284/2020.

A instituição do *Humaniza STJ* é mais um passo da corte para combater a discriminação e a desigualdade. Por designação da Presidência, a **AED integra o grupo de trabalho e secretaria o programa**, que unifica os esforços institucionais de promoção dos direitos humanos.

O projeto prevê atenção especial a temáticas como igualdade de gênero e

eliminação da violência contra a mulher; igualdade racial e participação de negros, pardos e outros grupos étnicos que integram a força de trabalho da corte; e prevenção e combate ao assédio moral e sexual.

O desenvolvimento das atividades conta com parcerias estratégicas firmadas com a ONU Mulheres, a ONU Meio Ambiente, a Universidade Zumbi dos Palmares e a Embaixada da Paz.

Em junho, foram concluídos estudos para a formulação de políticas sobre igualdade racial no tribunal, conforme determinação da Portaria STJ/GP 404/2020. ■

Ministros Humberto Martins e Benedito Gonçalves participam da palestra do *Humaniza STJ* sobre igualdade racial



17/6/2021

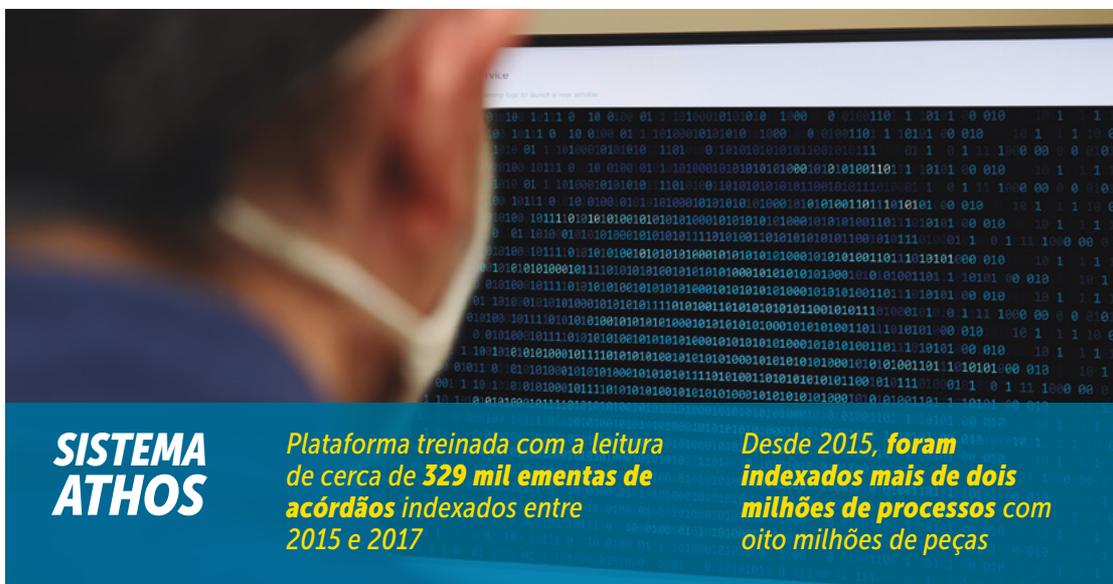
Palestra Teletrabalho, Pandemia e Parentalidade

18/6/2021

Palestra Desafios da Igualdade Racial – Por um futuro melhor

TRIBUNAL HIGH-TECH

Inteligência artificial é um dos pilares do planejamento estratégico do STJ para o biênio 2020-2022



A ampliação do uso da Inteligência Artificial (IA) é uma das apostas da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi para permitir ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) enfrentar a elevada demanda judicial e a complexidade, cada vez maior, das relações sociais.

No primeiro ano do biênio 2020-2022, a Assessoria de Inteligência Artificial (AIA) teve

como destaque a participação no gerenciamento do **Sistema Athos**, cujo objetivo é identificar – mesmo antes da distribuição aos ministros – processos que possam ser submetidos à afetação para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos.

Além disso, o sistema monitora processos em relação aos quais haja entendimentos convergentes ou divergentes entre

os órgãos fracionários do tribunal, casos com matéria de notória relevância e, ainda, possíveis distinções ou superações de precedentes qualificados.

Outras iniciativas concluídas pela atual gestão da AIA foram a formação de equipes de curadoria de modelos de IA, a implementação de **comitê de ética** de IA e a **identificação automática de dispositivos de lei federal** apontados como violados no texto da petição de recurso especial.

Entre os projetos em andamento, a AIA está desenvolvendo a automação da área de triagem de recursos repetitivos, realizada pela Secretaria Judiciária (SJD), e a automação apoiada por IA no âmbito das atividades desempenhadas pelo Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer).

Cooperação

A AIA busca a evolução tecnológica não apenas na esfera de atuação administrativa e jurisdicional do próprio STJ, mas também de maneira conjunta com os demais tribunais brasileiros.

Atualmente, a principal iniciativa de integração tecnológica em curso é a adesão da corte à **Plataforma Sinapses**. Elaborado por meio de parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), o sistema de inteligência artificial está disponível a todos os tribunais que adotam o Processo Judicial Eletrônico (PJe). A ferramenta oferece um ambiente

virtual comum para a criação e o compartilhamento de modelos de IA entre as cortes.

Ainda como exemplo de parceria institucional, a AIA atua no acordo de cooperação técnica firmado em junho entre o STJ e o Supremo Tribunal Federal (STF) para, com o emprego de recursos de IA, racionalizar o enfrentamento de questões repetitivas atinentes às duas instâncias.

Plano estratégico 2020-2022

A tecnologia e a inteligência artificial são um dos três eixos programáticos do **plano de gestão** do STJ para o biênio 2020-2022, documento produzido em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV). De acordo com o assessor-chefe de Inteligência Artificial, Humberto Fontoura Pradera, o planejamento estratégico da presente gestão prevê a utilização crescente de soluções de IA.

“A expectativa é alcançar um aumento de produtividade e uma triagem mais inteligente dos processos, bem como conseguir um possível reaproveitamento de decisões em uma série de feitos”, ressalta Pradera. ■



DO STJ PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

Agenda 2030 da ONU direciona ações do tribunal em prol do meio ambiente, da inclusão social e da gestão eficiente



Iniciativas incentivam a integração dos servidores e da comunidade aos ODS da Agenda 2030 da ONU

Desde 2019, a Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) coordena as ações para o alinhamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)**. A gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi reforçou essa adesão institucional ao compromisso do Poder Judiciário brasileiro com o esforço

global em prol da sustentabilidade, ao instituir um comitê para aprofundar a internalização da *Agenda 2030*.

No primeiro ano do biênio 2020-2022, a AGS aprimorou o levantamento e o monitoramento dos indicadores do *Plano de Logística Sustentável* do tribunal, que buscam apontar oportunidades de melhoria de gestão e de otimização no uso dos recursos públicos. As informações contidas nos indicadores socioambientais da instituição são encaminhadas mensalmente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O acompanhamento de indicadores de sustentabilidade inclui a elaboração e a manutenção de **painéis de BI (Business Intelligence)**, que ampliam as possibilidades de análise de dados, auxiliando na tomada de decisões administrativas. Em outubro de 2020, foi concluído o painel de BI com dados de reprografia, já disponível para a Seção de Reprografia e Encadernação.

Outros dois painéis de BI estão em fase de preparação: **Materiômetro e Impressômetro**. De acordo com a assessora-chefe da AGS, Ketlin Feitosa, “o painel de BI Impressômetro aperfeiçoará o monitoramento das impressões realizadas no STJ, a partir da geração de um novo indicador de sustentabilidade, a ser utilizado pelas unidades participantes do alinhamento estratégico setorial”.

Licitações e gestão de resíduos

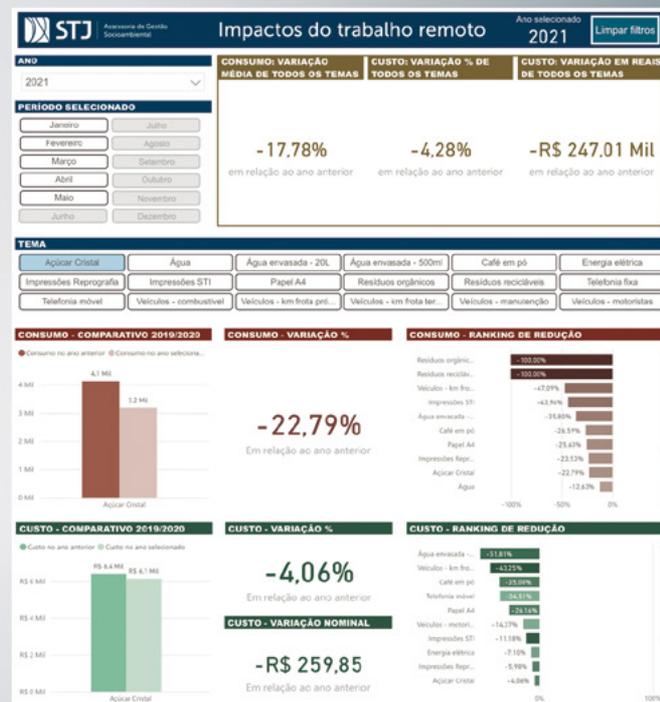
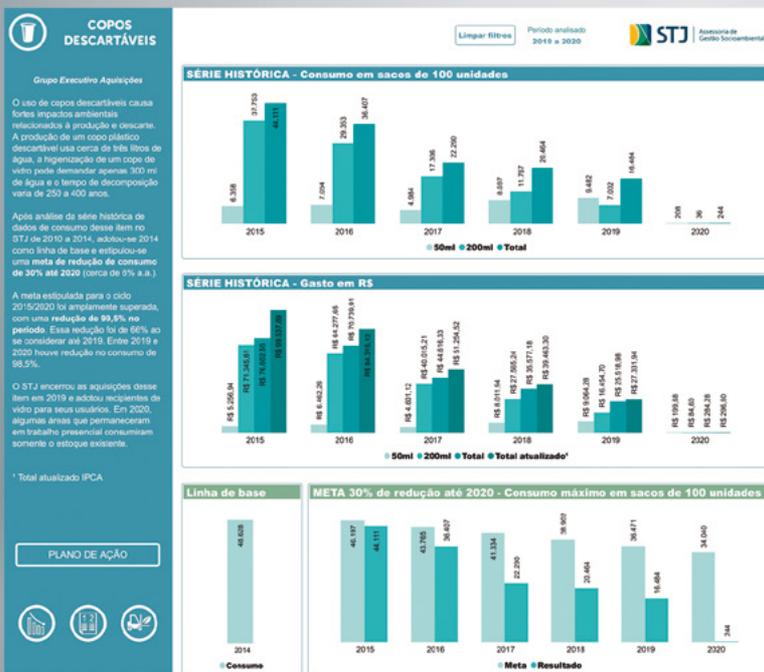
Em outra frente, a AGS avalia todos os processos de contratação e aquisição da

corrente, com o objetivo de **consolidar a sustentabilidade nas licitações**. Entre setembro de 2020 e junho de 2021, foram analisados 224 processos licitatórios.

Além dessa análise de processos, a AGS realiza a revisão de normas relacionadas à sustentabilidade. Na atual gestão, destacou-se a publicação da nova Política de Sustentabilidade do STJ.

A constante busca por uma administração sustentável também pauta a gestão de resíduos sólidos na corte. No ano de largada do biênio em andamento, foram destinadas ao

○ STJ foi o primeiro tribunal do país a publicar seu *Plano de Logística Sustentável* inteiramente em painel de BI (à esq. na imagem).
 A ferramenta também é utilizada para o monitoramento dos indicadores do trabalho remoto na corte



Serviço de Limpeza Urbana (SLU) em torno de **seis toneladas de materiais recicláveis**, como papel, plástico e metal. Os resíduos não recicláveis – e sem perigo para a população – tiveram como destino o aterro sanitário, em volume correspondente a cerca de 46 toneladas.

A AGS também promove iniciativas de revisão de padrões de consumo, como é o caso do projeto *STJ Menos Plástico*, alinhado à campanha da ONU *Não ao plástico de uso único*, cujo objetivo é reduzir o uso de itens plásticos no STJ.

Conscientização e inclusão social

A sensibilização socioambiental do corpo funcional do STJ ocorre por meio de palestras, campanhas direcionadas e informações veiculadas nos canais de comunicação do tribunal.

A AGS organiza as edições anuais do *Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário (SPES)*, evento que se tornou referência na difusão da gestão sustentável na administração pública brasileira. Desde 2014, o evento contou com 179 palestrantes, 90 horas de apresentações e 2.500 visualizações por painel na edição de 2021.

Em março, foi lançado – em parceria com o Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor) – o curso EaD sobre a *Agenda 2030* da ONU. No presente ano, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas também foram tratados com o público interno em uma roda de conversa, além da divulgação do tema em cinco vídeos institucionais produzidos pela Secretaria de Comunicação Social (SCO).

No campo da inclusão social, a AGS supervisiona as aulas oferecidas a 38 colaboradores na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e desenvolve projeto para a reserva de vagas destinadas a mulheres em situação de vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de prestação de serviço na corte. ■



Ministro Humberto Martins e o vencedor do Nobel da Paz de 2006, Muhammad Yunus, na abertura do 8º Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário

GESTÃO DE RESÍDUOS

Dados consolidados em 28/6/2021

Fonte: Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS)

Resíduos recicláveis

6.323kg de papel, papelão, plástico e metal destinados para separação por catadores nos galpões de reciclagem do Serviço de Limpeza Urbana (SLU)

Resíduos eletrônicos

Materiais destinados a ONG que recondiciona, reutiliza e recicla esses resíduos em projetos sociais e de inclusão digital

Lâmpadas fluorescentes

Contrato específico para destinação e descontaminação do resíduo

Resíduos não recicláveis e não perigosos

46.039kg destinados ao aterro sanitário

Pilhas e baterias

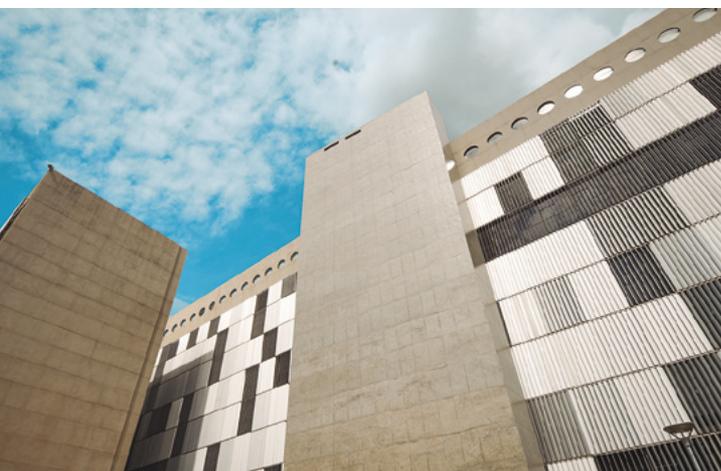
Parceria com a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica)

Óleo de cozinha usado

Parceria com a Caesb para a destinação adequada do material

RIGOR NOS MÍNIMOS DETALHES

Assessoria Jurídica orienta setores do tribunal em licitações, contratos e convênios



A AJU também oferece auxílio jurídico-administrativo aos gestores e acompanha os processos judiciais em que o tribunal seja parte

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem a preocupação de submeter todos os seus contratos, convênios, acordos e licitações a uma análise técnica minuciosa, em nome da regularidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos. O exame dos documentos administrativos é feito, com lupa, pela Assessoria Jurídica (AJU), que emite pareceres para validar os procedimentos internos da corte.

Além disso, o setor atua em casos relacionados à legislação de pessoal, e na revisão

e criação de atos normativos; presta apoio à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e colabora com as demais áreas do tribunal em consultas diversas.

Neste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a AJU concluiu **824 manifestações**, entre as quais a elaboração de informações em processos contenciosos.

Para aperfeiçoar a representação judicial da União nas causas afetas a interesses do STJ e de seus agentes públicos, a AJU mantém intercâmbio de informações com a Advocacia-Geral da União (AGU), no âmbito de um **acordo de cooperação técnica**.

Segundo a assessora-chefe da AJU, Fabíola Böhmer de Souza Ramos, esse acordo busca estabelecer “formas de integração e de colaboração entre os partícipes e prevenir e solucionar eventuais conflitos na tutela dos interesses da União”. ■

ORIENTAÇÃO PRECISA

Fonte: Assessoria Jurídica (AJU)

A AJU atua na emissão e aprovação de pareceres jurídicos nas áreas de licitações e contratos, e em outros instrumentos congêneres firmados pelo STJ nas matérias relacionadas à legislação de pessoal, bem como na revisão da criação e alteração de atos normativos do tribunal. **Até 21 de junho**, a unidade concluiu:

824
Manifestações

549
Pareceres

202
Despachos

73
Documentos de
informações para
órgãos externos e
outros setores

SERVIDORES EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Treinamentos oferecidos ao corpo funcional incrementam resultados do STJ

Apesar das dificuldades causadas pela pandemia da Covid-19, o Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) promoveu **118 ações** de capacitação do corpo funcional neste primeiro ano de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi.

No período, os treinamentos foram distribuídos em **147 turmas**, que assistiram a um total de **1.389 horas-aula**. Os cursos impactaram quase a metade (47,01%) dos 2.861 servidores do tribunal.

“Em um cenário de pandemia, tivemos que adaptar nossos cursos de formação, rotinas, processos e serviços, sempre levando em consideração as peculiaridades das atividades judiciais. A aprendizagem contínua é essencial para que o servidor tenha as ferramentas necessárias para atuar com dedicação, orgulho institucional, empenho e envolvimento em suas atividades”, diz o diretor do Cefor, professor Alexandre Veronese.

Além de prosseguir com projetos exitosos – como os programas de bolsas de estudos de

STJ e Confederação Nacional das Instituições Financeiras assinam convênio para oferecer cursos de educação financeira a servidores e magistrados



APRENDIZADO CONTÍNUO

Dados consolidados em 11/6/2021

Fonte: Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor)

147
Turmas

1.391
Horas-aula

3.505
Vagas criadas

Foram capacitados

1.345

servidores de um
total de 2.861

43,43%
Corpo funcional
atendido

pós-graduação e de idiomas, e o mestrado profissional –, o Cefor promoveu uma série de novas ações de formação continuada em temas jurídicos relevantes e atuais.

A escola iniciou o *Programa de Capacitação para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*, planejado com o objetivo de transmitir aos servidores os conhecimentos necessários para a implementação da lei que colocou o Brasil no grupo de países cujos cidadãos são reconhecidos como titulares de direitos sobre seus dados pessoais.

Planejamento pedagógico

Em outra frente, o centro de capacitação da corte superior deu início à elaboração do **Plano Anual de Ações de Educação Corporativa para 2021 (PAC 2021)**. Um levantamento feito nas unidades do STJ e do Conselho da Justiça Federal (CJF) resultou no planejamento de 269 ações de educação corporativa, divididas em 491 turmas, sobre os mais diversos temas.

Cursos do Cefor sobre a Agenda 2030 da ONU, a LGPD e outros temas jurídicos atuais



Perfil dos servidores capacitados: área-meio (54,28%), gestores (52,23%) e área-fim (47,01%)

O Cefor atuou na apuração dos resultados do diagnóstico por competências do *Programa Aprimore STJ*, que mapeou as competências das unidades do tribunal e das atribuições de seus gestores.

O planejamento pedagógico se baseia, ainda, na modernização do próprio Cefor, com a revisão da estrutura de formação educacional do STJ, a atualização de processos de trabalho e da estrutura de cargos e funções, e o projeto de criação e desenvolvimento de equipe com as competências técnicas voltadas para a ciência de dados.

Relações mais inclusivas

Desde que foi instituído, em agosto de 2020, o Cefor vem conduzindo a qualificação do quadro de pessoal não apenas em termos profissionais, mas também comportamentais.

Um exemplo é o *Projeto Empatia*, lançado em setembro do ano passado para estimular os colaboradores da corte a se engajarem em iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, tanto nas relações internas de trabalho quanto no atendimento ao público. ■

SÚMULAS NA PANDEMIA

Em meio à crise sanitária, o STJ editou novos enunciados e promoveu alterações regimentais

A atuação do maior tribunal superior do Brasil – com 33 ministros e dez órgãos julgadores, responsáveis por interpretar e aplicar as normas de quase todos os ramos do direito em centenas de milhares de processos ajuizados anualmente – demanda um nível de disciplina proporcional à sua dimensão.

Promover a organização normativa, jurisprudencial e documental do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é atribuição das comissões permanentes de ministros: Comissão de Regimento Interno, Comissão de Jurisprudência, Comissão de Documentação, Comissão de Coordenação e Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas.

Súmulas aprovadas pelos órgãos julgadores do STJ: Corte Especial (1), Primeira Seção (3) e Terceira Seção (4)





A nova realidade das sessões virtuais impôs mudanças no Regimento Interno do STJ, como a aprovação da Emenda Regimental 40, que disciplina o acesso das partes aos julgamentos remotos

Cabe à Assessoria das Comissões Permanentes de Ministros (ACP) oferecer o suporte técnico aos trabalhos desenvolvidos por todas as comissões – à exceção da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, assessorada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac).

Comissão de Jurisprudência

No primeiro ano da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, foram aprovadas **oito novas súmulas** do STJ – todas devidamente publicadas no *Diário de Justiça Eletrônico (DJe)* e divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social (SCO). Além disso, houve o cancelamento de duas súmulas: 343 e 408.

Os novos enunciados já compõem o rol dos **649 verbetes** compilados no *Livro de Súmulas* – editado pela Comissão de

Jurisprudência – e no site do tribunal. Entre as súmulas aprovadas, estão a que reconhece a transmissão aos herdeiros do direito à indenização por danos morais, em razão do falecimento do titular (**Súmula 642**), e a que estabelece que a execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação (**Súmula 643**).

Comissão de Regimento Interno

No ano inicial do biênio em andamento, o Pleno do STJ aprovou **quatro emendas regimentais**. Entre as novidades, estão a regulamentação da convocação de juízes auxiliares pela Presidência e a normatização do acesso das partes às sessões virtuais da corte.

Outros 19 projetos aprovados pela Comissão de Regimento Interno aguardam sua apreciação pelo Pleno.

Comissão de Documentação

O acompanhamento da política de guarda e conservação de processos, livros, periódicos e documentos históricos do tribunal compete à Comissão de Documentação. Em razão da pandemia da Covid-19, houve o cancelamento das reuniões, e também não foram atuados processos de descarte de documentos judiciais.

“O procedimento de descarte resulta na eliminação de toneladas de documentos, contribuindo para o STJ reduzir seu impacto ambiental e cumprir sua responsabilidade social, pois o valor da venda do papel é revertido para as cooperativas de catadores de recicláveis conveniadas com o tribunal”, informa Fábio Henrique Cavalcanti Dantas, chefe da Assessoria das Comissões Permanentes de Ministros.

Comissão de Coordenação

A Comissão de Coordenação tem como principal objetivo propor medidas para aumentar o rendimento das sessões, abreviar a publicação de acórdãos e facilitar a tarefa dos advogados.

Entre as medidas atualmente em discussão, estão o aprimoramento da Central do Processo Eletrônico (CPE), a criação de uma página na intranet com vídeos institucionais e um fórum interno para colaborações entre os gabinetes, além da produção e divulgação interna de um relatório detalhado a respeito das decisões monocráticas proferidas pela Presidência com o apoio do Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer). ■

COMPOSIÇÃO

Fonte: Assessoria das Comissões Permanentes de Ministros (ACP)

Comissão de Jurisprudência

Felix Fischer (**presidente**)
Benedito Gonçalves
Villas Bôas Cueva
Sebastião Reis Júnior
Marco Aurélio Bellizze
Gurgel de Faria

Comissão de Regimento Interno

Mauro Campbell Marques (**presidente**)
Isabel Gallotti
Sérgio Kukina
Moura Ribeiro
Reynaldo Soares da Fonseca
Antonio Saldanha Palheiro

Comissão de Documentação

Og Fernandes (**presidente**)
Antonio Carlos Ferreira
Antonio Saldanha Palheiro
Joel Ilan Paciornik (suplente)

Comissão de Coordenação

Marco Buzzi (**presidente**)
Regina Helena Costa
Gurgel de Faria
Ribeiro Dantas (suplente)



AGENDA

Em seu primeiro ano de gestão à frente da Presidência, o ministro Humberto Martins garantiu a presença do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos principais eventos públicos nacionais e internacionais, especialmente naqueles voltados para o aperfeiçoamento e a eficiência do Poder Judiciário. No período de 27 de agosto de 2020 a 30 de junho de 2021, foram mais de 140 eventos, entre solenidades, encontros, congressos e seminários que contaram com a presença do presidente do STJ.

8/9/2020

Assinatura de termo de cooperação técnica entre CJF e CNJ para compartilhamento de dados do DataJud (Brasília-DF)

9/10/2020

Lançamento do Projeto-Piloto de Mediação do Sistema Financeiro da Habitação/SFH pelo STJ (virtual)

19/10/2020

40º Congresso Internacional da Propriedade Intelectual – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual/ABPI (virtual)



21/10/2020

Encerramento das comemorações dos 30 anos do Código de Defesa do Consumidor, promovidas pela Ordem dos Advogados do Brasil/OAB (virtual)

6/11/2020

STJ e CNMP firmam acordo para aperfeiçoar atendimento ao cidadão nas suas ouvidorias (virtual)



17/11/2020

I Seminário Internacional Brasil – União Europeia: Justiça e Políticas de Proteção Social – CNJ (virtual)

AGENDA

23/11/2020

III Congresso de Combate à Corrupção na Administração Pública – Diálogos interinstitucionais – Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região e Escola da AGU (virtual)

16/12/2020

Assinatura de termo de cooperação técnica entre CJF e CNJ para o aperfeiçoamento das políticas judiciárias (Brasília-DF)



5/2/2021

Abertura do *Programa Aulas Magnas* – Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/Enfam (virtual)

8/2/2021

Comemoração dos 200 anos de criação do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco/TJPE (Brasília-DF)

9/2/2021

Cerimônia de entrega da XI edição do Prêmio Conciliar é Legal – CNJ (virtual)



2/3/2021

Lançamento virtual do Prêmio Inno-
re, com cerimônia realizada na sede do
STJ (virtual)



4/3/2021

Aula magna sobre o papel do STJ na defesa da cidadania, para estudantes de direito
da Fundação Armando Álvares Penteado/FAAP (virtual)

15/3/2021

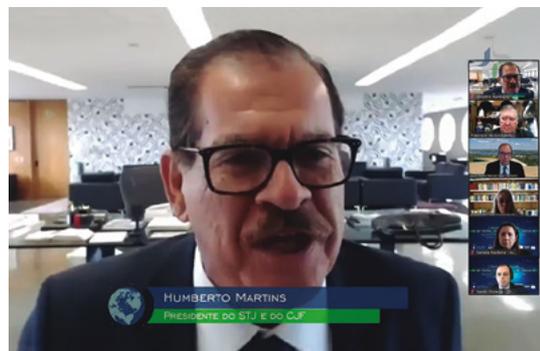
Palestra magna na Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nasci-
mento e a Documentação Básica – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
Humanos (virtual)

22/4/2021

Webinário *Diálogos de Cortes sobre Direitos da Natureza e o Programa Harmonia
com a Natureza das Nações Unidas* – CJF em parceria com a Enfam e a ONU (virtual)

29/4/2021

*II Seminário Internacional sobre a Lei Ge-
ral de Proteção de Dados – Arquitetura
da privacidade no Brasil: eixos centrais
da Política Nacional de Proteção de Da-
dos* – CJF em parceria com a Enfam e a
Embaixada da Alemanha (virtual)



11/5/2021

Primeira reunião preparatória do *15º Encontro Nacional do Poder Judiciário* – CNJ (virtual)

AGENDA

18/5/2021

1º Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário – CNJ (virtual)

21/5/2021

Abertura do Colóquio Acesso à Justiça: Diálogo, diversidade e desenvolvimento – CNJ (virtual)



24/5/2021

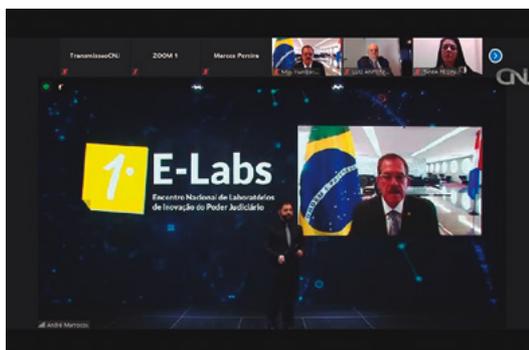
Comemoração aos 90 anos da Faculdade de Direito de Alagoas/FDA, que integra a Universidade Federal de Alagoas/Ufal (virtual)

25/5/2021

Webinário Setor Aéreo Brasileiro – CNJ, em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (virtual)

7/6/2021

Abertura do 1º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário/1º E-Labs – CNJ (virtual)



11/6/2021

Abertura do 13º Fórum Jurídico – Escola de Magistratura Federal da 1ª Região/ Esmaf (virtual)

15/6/2021

Lançamento da Câmara Brasileira de Mediação, Conciliação e Arbitragem Confederação Nacional de Notários e Registradores/CNR (virtual)

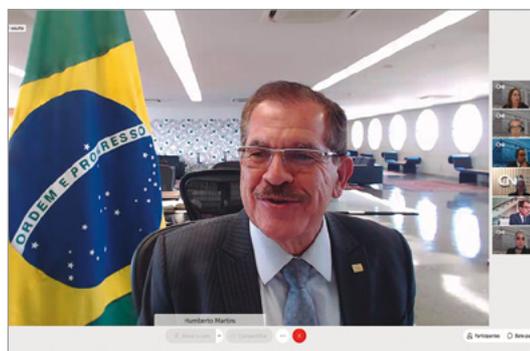


17/6/2021

Workshop sobre tomada de decisões – Conselho Nacional do Ministério Público/ CNMP (virtual)

21/6/2021

5º Fórum Nacional das Corregedorias/ Fonacor – Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ (virtual)



22/6/2021

Webinário *Clima e Florestas Públicas – Agenda 2030* – STJ e CJF, em parceria com o CNJ (virtual)

23/6/2021

4ª Assembleia Geral Virtual do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais/Coptrel (virtual)

AGENDA

24/6/2021

Webinário *Justiça, Tecnologia e Eficiência* – CNJ (virtual)

29/6/2021

Lançamento do *15º Anuário da Justiça* – Revista Consultor Jurídico/Conjur (virtual)

5/7/2021

Palestra na sétima edição do *Summer School Democracia e Desenvolvimento* – Faculdade Autônoma de Direito, em parceria com o Centro Universitário Alves Faria e a Universidade de Siena/Itália (virtual)



9/7/2021

Fórum de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável 2021 – Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da Organização das Nações Unidas (virtual)

14/7/2021

Comemoração dos 50 anos de criação da Corregedoria-Geral da Justiça de Pernambuco – TJPE (virtual)



EXPEDIENTE:

Realização

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação

Cristine Genú

Coordenadora de Imprensa e Conteúdo

Elaine Rocha

Coordenadora de Multimeios

Monica Andrade

Coordenador de TV e Rádio

Eduardo Moura

Direção

Cristine Genú

Edição

Ricardo Viula e Danielle Lombardi

Projeto gráfico e diagramação

Daniel Monteiro

Arte gráfica

Daniel Monteiro e Rodrigo Alex

Edição de texto

Gutemberg de Souza e Ricardo Viula

Redação

Cristine Genú, Danielle Lombardi, Francisco Souza, Neblina Orrico e Ricardo Viula

Revisão

Clarissa Mendonça, Cleomar Contreira, Luciana Pereira e Michele Castro

Produção

Bernardo Vento e Gabrielle Vieira

Estúdio Fotográfico

Repórteres fotográficos: Emerson Leal, Gustavo Lima, Lucas Pricken e Rafael Luz
Assistentes de fotografia: Bárbara Cabral e Carlos Ramos



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA